

**PORTARIA Nº051/2019** - O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 31, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990, e considerando a necessidade de agilizar o fluxo das atividades desenvolvidas no âmbito da SEINFRA, RESOLVE: Art. 1º **DELEGAR COMPETÊNCIA**, a partir de 08 de abril de 2019, ao SERVIDOR **PAULO CÉSAR MOREIRA DE SOUSA**, ocupante do cargo de SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, Matrícula nº 3002871-6, para autorizar e ordenar despesas correntes e de capital e pagamentos referentes aos seguintes processos: I- auxílio alimentação, de acordo com a Lei nº 16.521 de 15 de março de 2018 e Decretos nº 27.471/2004, nº 30.425/2011 e nº 31.082/2012; II- vale transporte, com base no Decreto nº 23.673, de 03 de maio de 1995; III- concessão de bolsa de estágio e auxílio transporte, para estagiários, conforme Decreto nº 29.704 de 08 de abril de 2009; IV- adicional pela prestação de serviços extraordinários, conforme Constituição Federal de 05 de outubro de 1988; Lei nº 9.826/1974; Lei nº 12.913/1999; V- instauração de processos de licitação, conforme o disposto nos Decretos, nº 28.397/2006, nº 28.088/2006 e nº 32.824/2018; VI- adjudicação e homologação de processos de licitação na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decretos Estaduais nº 28.089/2006 e nº 29.571/2008 e demais legislações aplicáveis a espécie; VII- autorização e ratificação de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação; VIII- adesão às atas do Sistema de Registro de Preço e promoção das aquisições decorrentes deste Sistema, conforme o Decreto Estadual nº 32.901/2018; IX- assinar convênios de cooperação técnica e financeira e contratos administrativos, bem como autorizar e promover as prorrogações e alterações dos mesmos, conforme arts. 57 e 65 da Lei nº 8.666/1993 e alterações; X- assinar termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação, bem como autorizar e promover aditivos e apostilamentos, conforme arts. 42 e 55 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações; XI- assinar convênios e instrumentos congêneres, bem como autorizar e promover aditivos e apostilamentos, conforme arts. 21 e 35 da Lei nº 119/2012 alterada pela Lei Complementar nº 178/2018; XII- analisar prestação de contas de termo de fomento, convênios e instrumento congêneres, nos termos dos Decretos Estaduais nº 32.810/2018, nº 32.811/2018, nº 32.872/2018 e nº 32.873/2018; XIII- assinar ato declaratório da dispensa ou inexigibilidade de chamamento público para fins de transferência voluntária; XIV- promover reuniões periódicas visando o acompanhamento, a avaliação e ajustes dos resultados em parceria com as demais unidades orgânicas da Seinfra; XV- Assinar notas de empenho e demais documentos necessários a liquidação e pagamento das despesas realizadas pela Seinfra, inclusive as despesas decorrentes de contratos e convênios firmados pela Seinfra; XVI- assinar portarias de designação de gestores para os contratos firmados pela Seinfra; XVII- instaurar sindicâncias e determinar a abertura de processo administrativo disciplinar contra servidores públicos faltosos. Art 2º- Esta portaria entra em vigor a partir de 08 de abril de 2019. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, em Fortaleza, 08 de abril de 2019.

Lucio Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA

Registre-se e publique-se.

\*\*\*\*\*

#### REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL Nº20160007

PROCESSO VIPROC Nº 0449769/2017 E ANEXOS ORIGEM: COET/SEINFRA Tendo em vista o teor do Parecer Jurídico nº 078/2019 – ASJUR/SEINFRA, nos autos do Processo Administrativo VIPROC nº 04479769/2017 e anexos, resolvo **REVOGAR a Concorrência Pública Nacional nº 20160007**, cujo objeto é a prestação dos Serviços Telefônicos Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Longa Distância Nacional, Intra-Regional, Longa Distância Internacional e Local e do Serviço Móvel Pessoal – SMP, para atender as necessidades do Governo do Estado do Ceará, com a consequente perda do objeto do referido procedimento licitatório. Signatário: Lucio Ferreira Gomes, Secretário da Infraestrutura. SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, em Fortaleza, 05 de abril de 2019.

Aline Saldanha de Lima Ferreira  
COORDENADORIA JURÍDICA

#### DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

##### EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 002/2019

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA – DAE CONTRATADA: EMPRESA **VETOR OBRAS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP**. OBJETO: Este contrato tem por objeto a **contratação de empresa para OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA DE 20mx30m, NO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR, NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ-CE**, devidamente especificado no ANEXO C deste Edital, em Regime de Empreitada por Preço Unitário. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Contrato tem como fundamento a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Tomada de Preços nº 20180002/DAE/CCC e seus ANEXOS, devidamente homologada, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição FORO: FORTALEZA-CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 10 (dez) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento contratual, devendo ser publicado na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993 como condição de sua eficácia. VALOR GLOBAL: R\$ 394.858,74 (trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta

e quatro centavos) pagos em moeda corrente nacional DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0820001.15.451.003.32351.09.449051.10000.0. DATA DA ASSINATURA: 20/03/2019 SIGNATÁRIOS: SÍLVIO GENTIL CAMPOS JÚNIOR - SUPERINTENDENTE DO DAE e HELDER PINHEIRO DE MELO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA VETOR OBRAS DE ENGENHARIA EIRELI - EPP.

Sílvio Gentil Campos Júnior  
SUPERINTENDENTE

#### COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

##### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS apresenta aos clientes, fornecedores, acionistas e ao mercado em geral este relatório, que contempla o demonstrativo das ações executadas pela empresa, os principais resultados alcançados ao longo de 2018, os objetivos e as perspectivas para os próximos anos.

As ações realizadas ao longo do ano reforçam o compromisso da CEGÁS em atuar com excelência no serviço de distribuição de gás, contribuindo com soluções energéticas eficientes e seguras para o desenvolvimento sustentável do Ceará, atendendo às expectativas dos clientes, de forma rentável e ambientalmente adequada.

Vale ressaltar que a Companhia, em 2018, completou 25 anos de existência, atuando sempre como um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando papel de relevância na matriz energética do Estado do Ceará.

No contexto nacional, o ano de 2018 foi marcado por um cenário de lenta recuperação na atividade econômica. O ritmo geral de crescimento da economia ainda é freado pelas incertezas que persistem, no curto prazo, quanto ao desequilíbrio estrutural das contas públicas e à adoção de medidas adicionais necessárias ao desbloqueio do investimento em capital produtivo e de infraestrutura, bem como ao aumento da produtividade geral da economia. O discreto aumento do PIB nacional, exceto nos meses maio e junho, devido à greve dos caminhoneiros; a inflação sob controle; e a alta do preço da gasolina e do etanol foram variáveis que, em conjunto ou isoladamente, contribuíram para o incremento da demanda por gás natural e afetaram positivamente o desempenho da CEGÁS.

A CEGÁS encerrou o ano de 2018 com uma carteira de 14.648 clientes atendidos. O volume ex-térmico distribuído foi de 191,7 milhões de metros cúbicos, que representa um crescimento de 14,5% em relação ao ano de 2017 (167,45 milhões de metros cúbicos), acima da média nacional, de 2,8%. Pode-se destacar que os segmentos residencial, comercial, industrial e automotivo cresceram 25,4%, 9,6%, 19,7% e 11,9%, respectivamente. Os segmentos residencial, comercial e industrial também cresceram acima da média nacional, enquanto o segmento automotivo praticamente acompanhou a evolução nacional. Ao analisar o volume com a térmica, a Companhia distribuiu 304,4 milhões de metros cúbicos, o que representa uma redução de 47,5% em relação ao do ano de 2017. Esta redução ocorreu porque a Petrobras, supridora de gás natural, aplicou a cláusula de resilição do contrato de suprimento à CEGÁS e de fornecimento à Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF (Termofortaleza), resultando na paralisação da operação da Termelétrica.

O EBITDA totalizou em 2018 o montante de R\$ 73,1 milhões, o que significa uma redução da ordem de 3,1 % em relação ao ano anterior (R\$ 75,4 milhões). O Lucro Líquido foi de R\$ 56,6 milhões, o que representa uma redução da ordem de 8,1% em relação ao ano anterior (R\$ 61,6 milhões). Ambos os indicadores foram afetados pelo litígio entre Petrobras e CGTF. O ano também foi marcado por importantes realizações, entre as quais destacamos:

- i) Investimentos da ordem de R\$ 18,9 milhões, sendo R\$ 17,4 milhões investidos na expansão da rede de distribuição de gás natural e na aquisição de equipamentos;
- ii) Incremento de mais 2.425 clientes, o que significa um crescimento quase 20% da base, o maior da história da CEGÁS;
- iii) Crescimento de 14,5% no volume de gás distribuído aos mercados industrial, comercial, residencial e automotivo, maior incremento nos últimos dez anos da história da CEGÁS;
- iv) Recordes históricos de: a) Maior volume comercializado não térmico, 573,8 mil m³/dia na média, em novembro de 2018; b) Maior volume comercializado no segmento industrial, 330 mil m³/dia na média, em novembro de 2018; c) Maior volume comercializado em único dia, 686 mil m³; d) Maior volume comercializado no segmento automotivo, 229,6 mil m³/dia na média, em dezembro de 2018;
- v) Aprovação, no Conselho de Administração, de uma Política de Contratação, a qual define requisitos básicos e modelos de contratos de acordo com cada um dos segmentos e subsegmentos atendidos pela Companhia, garantindo um tratamento isonômico aos usuários pertencentes ao mesmo grupo, conforme prevê o contrato de concessão;
- vi) Parceria com o segmento de Construção Civil com 3.042 unidades habitacionais para serem ligadas em 2019 e 2020. A parceria foi viabilizada por meio de um incentivo por parte da CEGÁS com base na Política de Incentivos citada anteriormente;
- vii) Injeção de aproximadamente 15% de gás natural renovável na rede de distribuição, tornando a CEGÁS uma das distribuidoras com maior percentual de volume comercializado de gás natural renovável do mundo;
- viii) Implantação do novo site da CEGÁS, tornando sua presença no mundo digital mais moderna, interativa e com mais canais diretos com seus clientes e a sociedade, visando à melhoria do processo de



- prestação de informações;
- ix) Adequação ágil à Lei nº 13.303/2016, incluindo o curso sobre “Governança com a Lei 13.303/16” dirigido aos Conselheiros, Diretores, Assessores, Gerentes e Coordenadores da CEGÁS;
- x) Entrega do Selo Verde CEGÁS para empresas e clientes;
- xi) Inauguração da Nova Sede e do Espaço CEGÁS de Cultura;
- xii) Recebimento do Selo Ouro de Cultura, conferido pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - Secult, pelo destacado apoio da CEGÁS às atividades culturais no Ceará;
- xiii) Atendimento com gás natural ao Polo de Saúde de Porangabuçu e às Escolas de Gastronomia do Estado do Ceará;
- xiv) Lançamento, juntamente com outras 6 companhias distribuidoras do Nordeste, da Chamada Pública Coordenada para fornecimento de gás natural;
- xv) Convênio com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap para seleção de projetos de inovação na área de Gás Natural e lançamento de respectivo edital;
- xvi) Realização de mais uma edição do Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, criado em 2017 com o objetivo de democratizar o acesso aos recursos disponíveis para o patrocínio de ações nas áreas da cultura, educação, esportes, meio ambiente e saúde;
- xvii) Elaboração do novo Plano de Negócios da CEGÁS (2019-2023);
- xviii) Implantação de 86% do Sistema Integrado de Gestão de QSMS com a finalidade de certificar a companhia nas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001;
- xix) Realização de 3 simulados de anomalias (acidente em espaço confinado, vazamento em tubulação e evacuação do prédio), conforme o Plano de Atendimento de Emergência - PAE;
- xx) Implementação do Programa de Incentivo Financeiro a Novas Conversões de Automóveis para GNV;
- xxi) Renovação do Incentivo Fiscal junto a SUDENE até 2027;
- xxii) Revisão e atualização de procedimentos gerenciais;
- xxiii) Elaboração do Manual de Gestão de Ativos, visando ao aprimoramento do processo de Gestão Patrimonial na Companhia.

As práticas de governança corporativa, em 2018, ganharam a máxima atenção dos administradores, e a CEGÁS intensificará, em 2019, suas ações no sentido de tornar seus processos e operações ainda mais transparentes e confiáveis.

Para 2019, a estratégia é investir na expansão do mercado de gás e em ações comerciais com ênfase na interiorização, no atendimento a novas áreas na região metropolitana de Fortaleza, na saturação daquelas já atendidas, na diversificação dos usuários e manutenção da competitividade, assim como na implantação de melhorias na gestão e consolidação do compromisso com a sustentabilidade nos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial, visando nortear o crescimento da Companhia em consonância com a sua Missão e Visão.

#### Destaques

#### RESUMO ECONÔMICO FINANCEIRO (R\$/MIL)

	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Bruta de Gás (*)	508.788	597.164	498.423	568.246	499.506
Gás comprado para revenda	339.719	397.916	301.638	344.018	262.349
Custeio	22.699	27.719	30.770	38.938	44.246
Lucro líquido	33.719	45.269	61.541	61.637	56.674
EBTIDA	36.273	51.174	72.107	75.434	73.124
Remuneração dos acionistas	25.757	34.260	46.545	46.682	42.901
Ativo Total	248.895	312.802	349.686	395.963	393.907
Passivo	121.709	170.738	183.535	215.650	204.090
Patrimônio Líquido	127.186	142.064	166.151	180.314	189.817

(\*) Em 2018, não inclui o montante de R\$ 18.864 mil referente à Receita de Construção

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Lucio Ferreira Gomes	Efetivo/Presidente	Hugo Santana de Figueirêdo Junior	Presidente
Renato Walter Rolim Ribeiro	Suplente	Fabrizio Bomtempo de Oliveira	Técnico e Comercial
Arialdo de Mello Pinho	Efetivo	Fábio Augusto Norcio	Administrativo e Financeiro
Luciana Mendes Lobo	Suplente		
Antonio Carlos Dias Coelho	Efetivo/Presidente		
Maria Izolda Cella de Arruda Coelho	Efetivo		
Denise Sá Vieira Carrá	Suplente		
Fernando Antônio Costa de Oliveira	Suplente/Efetivo		
Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo	Efetivo/Vice-Pres.		
Hugo Santana de Figueirêdo Junior	Efetivo		
Raimundo Barreto Bastos	Suplente		
Gabriela Paulino da Silva	Efetivo		
Domingos José de Oliveira	Efetivo/Vice-Pres.		
Stênio da Silva Moreira	Efetivo		
Marcelo Augusto Viana Sant'Ana	Suplente		
Silvio Gentil Campos Junior	Efetivo		
Maria Lúcia Pereira	Efetivo		

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E CARTA DE GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração em conjunto com a Carta de Governança Corporativa, a Carta de Políticas Públicas, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, juntamente com o de relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

#### GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

##### Identificação Geral

Em cumprimento ao art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração em conjunto com a Diretoria Executiva subscrevem a presente Carta Anual sobre Governança Corporativa e Políticas Públicas referente ao exercício social de 2018.

CNPJ/MF: NO 73.759.185/0001-96. NIRE 23300019431

Sede Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza-CE - CEP 60.830-005

Tipo de Estatal: Sociedade de Economia Mista

Acionista Controlador: Estado do Ceará

Tipo Societário: Sociedade por ações

Tipo de Capital: Capital Fechado

Abrangência de Atuação: Estado do Ceará

Setor de Atuação: Gás Natural

Diretor Administrativo Financeiro: Fábio Augusto Norcio. Telefone (85) 3266.6900.

#### Conselheiros Administradores Subscritores

NOME	CONSELHEIRO	CPF	MANDATO	
			ANTERIOR	ATUAL
Lucio Ferreira Gomes	Efetivo/Presidente	122.174.173-04	23/02/17 à 19/06/17	19/06/17 à 30/06/18
Antonio Carlos Dias Coelho	Efetivo/Presidente	002.836.493-72		14/08/18 à 13/08/20
Renato Walter Rolim Ribeiro	Suplente	195.274.973-53	29/01/15 à 19/06/17	19/06/17 à 30/06/18



NOME	CONSELHEIRO	CPF	MANDATO	
			ANTERIOR	ATUAL
Arialdo de Mello Pinho	Efetivo	025.949.603-06	06/05/14 à 19/06/17	19/06/17 à 30/06/18
Silvio Gentil Campos Junior	Efetivo	167.865.053-68		14/08/18 à 13/08/20
Luciana Mendes Lobo	Suplente	917.218.813-87	06/05/14 à 19/06/17	19/06/17 à 13/06/18
Denise Sá Vieira Carrá	Suplente	843.737.503-78	14/06/18 a 30/06/18	
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho	Efetivo	208.730.773-34	06/04/17 à 05/04/18	
Fernando Antônio Costa de Oliveira	Suplente	230.572.893-04	19/06/17 à 14/06/18	
Fernando Antônio Costa de Oliveira	Efetivo	230.572.893-04		14/06/18 a 30/06/18
Hugo Santana de Figueiredo Junior	Efetivo	074.179.208-70		14/08/18 a 13/08/20
Gabriela Paulino da Silva	suplente	003.740.153-09		14/06/18 a 30/06/18
Stênio da Silva Moreira	Efetivo	154.565.013-68		14/08/18 a 13/08/20
Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo	Efetivo/Vice-Pres *	106.541.275-49	26/12/14 à 05/05/17 *	14/08/18 a 13/08/20
Raimundo Barreto Bastos	Suplente	192.409.455-04	23/02/17 à 05/05/17	06/05/17 à 30/06/18
Domingos José de Oliveira	Efetivo/Vice-Pres **	600.688.767-34	06/05/17 à 05/05/20 **	14/08/18 a 13/08/20
Marcelo Augusto Viana Sant'Ana	Suplente	292.823.576-00		19/06/20 à 30/06/18
Maria Lúcia Pereira	Efetivo	154.565.013-68		14/08/18 a 13/08/20

## Administradores Subscritores

NOME	DIRETOR	CPF	MANDATO	
			ANTERIOR	ATUAL
Hugo Santana de Figueiredo Junior	Presidente	074.179.208-70	12/11/17 à 15/08/18	16/08/18 à 15/08/20
Fabício Bomtempo de Oliveira	Técnico e Comercial	698.775.801-87	12/11/17 à 15/08/18	16/08/18 à 15/08/20
Fábio Augusto Norcio	Administrativo e Financeiro	757.956.809-82	12/11/17 à 15/08/18	16/08/18 à 15/08/20

## Auditor Independente

EMPRESA	RESPONSÁVEL TÉCNICO	CPF
AUDIMEC - Auditores Independentes S/S	Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira	193.602.664-34

## Nosso compromisso e políticas públicas

Alguns serviços e atividades são necessários ao desenvolvimento da sociedade e imprescindíveis à manutenção da dignidade do ser humano, da vida e dos direitos. Esses serviços são entendidos como essenciais, pois estão diretamente ligados às necessidades básicas da coletividade e suprem o interesse público, sendo fornecidos efetivamente pelo Estado ou por meio de seus delegados, quando se tratar de serviços de utilidade pública.

Compreendemos, então, o serviço público de essencialidade incontestável e de interesse coletivo, como o conjunto das atividades dotadas de conteúdo econômico e revestidas de especial relevância social, cuja titularidade para a exploração é atribuída pela Constituição Federal, ou por Lei, a uma das esferas da Federação, como forma de assegurar a sua prestação permanente.

Nesse contexto, a Constituição Federal em seu artigo 25, parágrafo 2º, concebeu os serviços locais de gás canalizado como serviço essencial, atribuindo aos Estados a competência para explorá-los diretamente, ou mediante concessão.

Além dos preceitos constitucionais acima mencionados, a natureza de essencialidade conferida aos serviços locais de gás canalizado é reforçada pelas disposições do inciso I, do artigo 10, da Lei nº 7.783/89, abaixo reproduzidas, segundo as quais os serviços de distribuição de gás canalizado fazem parte do rol de serviços/atividades considerados essenciais pelo legislador:

“Art. 10 - São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis...”

## A criação da CEGÁS e nossas atividades

O Estado do Ceará, para assegurar o cumprimento da atribuição que lhe fora destinada com exclusividade pela Constituição Federal, criou, através da Lei Estadual nº 12.010/92, a Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS, definindo seu objeto social como sendo a produção, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos.

Desta forma, a CEGÁS foi constituída em 18 de outubro de 1993, uma empresa de economia mista, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista controlador, o Estado do Ceará, delegou a esta Companhia os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, através do Contrato de Concessão assinado em 30 de dezembro de 1993.

A CEGÁS é responsável pela distribuição de gás natural em todo o Estado do Ceará, sendo suas principais atividades:

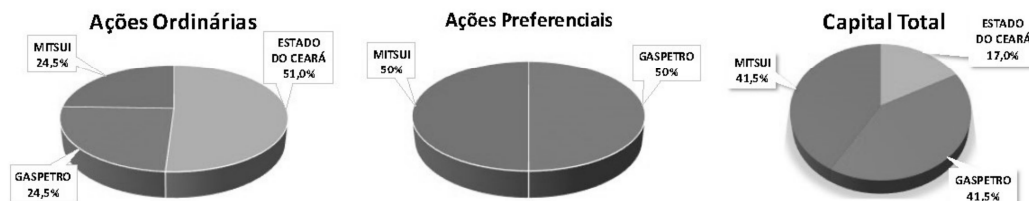
- a prestação dos serviços de distribuição de gás natural canalizado aos usuários dos diversos segmentos de mercado, a exemplo do industrial, veicular, residencial, comercial, cogeração e térmico;
- a prestação dos serviços de movimentação de gás natural a autoprodutor, este entendido como sendo o agente explorador e produtor de gás autorizado pela Agência Nacional de Petróleo - ANP para utilizar parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.

Alinhada diretamente aos interesses da sociedade cearense, a CEGÁS é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando papel de relevância na matriz energética do Estado do Ceará.

## Participação Societária

A CEGÁS tem como acionista controlador o Governo do Estado do Ceará. Os outros acionistas são a Petrobras Gás S.A. - GASPETRO, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., empresa com capital privado controlada pela Mitsui & Co. Ltd, com sede no Japão. O capital está dividido em ações ordinárias e preferenciais, e a participação de cada sócio está demonstrada na tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	Nº AÇÕES	%	Nº AÇÕES	%	Nº AÇÕES	%
Estado do Ceará	6.698.000	51,0	-	-	6.698.000	17,0
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	3.217.667	24,5	13.133.333	50,0	16.351.000	41,5
Mitsui Gás e Energia Ltda.	3.217.667	24,5	13.133.333	50,0	16.351.000	41,5
<b>TOTAIS</b>	<b>13.133.334</b>	<b>100,0</b>	<b>26.266.666</b>	<b>100,0</b>	<b>39.400.000</b>	<b>100,0</b>



## Referencial Estratégico para a consecução das políticas públicas

A CEGÁS, focada no compromisso da consecução dos seus objetivos de políticas públicas, pauta suas ações no interesse social, na transparência, na busca incessante da qualidade dos serviços prestados e na satisfação dos seus usuários, atentando para os princípios e regras de total segurança no desempenho de suas atividades.

Missão: Distribuir gás natural, contribuindo com soluções energéticas eficientes e seguras para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Visão 2023: Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará.

Valores:



- Somos comprometidos com os resultados;
- Temos foco no cliente;
- Buscamos a melhoria contínua;
- Atuamos com ética e transparência;
- Praticamos consciência ecológica e social;
- Preservamos a vida;
- Nós nos colocamos no lugar dos outros.

Objetivos estratégicos para a consecução das políticas públicas:

- Objetivos ligados aos resultados - Cumprir o orçamento, alcançar nível de rentabilidade regulatória, equilibrar oferta e demanda de gás natural;
- Objetivos ligados aos cliente e mercado - Expandir consumo e participação no mercado, garantir satisfação do cliente;
- Objetivos ligados à responsabilidade social - Atuar com responsabilidade social, fortalecer a imagem corporativa;
- Objetivos ligados aos processos e controles - Estruturar e aprimorar processos, otimizar e implantar sistemas integrados de gestão, fortalecer sinergia com outras distribuidoras, implementar as áreas de gestão de risco e auditoria interna;
- Objetivos ligados ao capital humano - Desenvolver pessoas, propiciar ambiente integrado e harmônico;

#### Estrutura de Governança e Composição da Administração

A estrutura de governança da CEGAS conta com Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Auditor Independente, Comitê de Auditoria Estatutária, Comitê Estatutário de Elegibilidade e Coordenadoria de Gestão de Riscos e Conformidade.

Assembleia Geral: é o órgão máximo de tomada de decisão na Companhia e o fórum no qual os Acionistas decidem sobre todos os negócios relativos às estratégias da Companhia, tendo por objetivo a sua proteção e o seu desenvolvimento. A Assembleia Geral Ordinária tem competências específicas, as quais estão definidas no seu Estatuto Social e no Artigo 132, da Lei 6.404/76 - Lei das S.A. Dentre as principais deliberações da Assembleia Geral podemos citar tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger os administradores e os membros do conselho fiscal.

Conselho de Administração: órgão de deliberação da Companhia composto por 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos em Assembleia Geral para mandato de 3 (três) anos. Este colegiado tem como principal responsabilidade fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, sendo que a sua forma de atuação, composição e suas respectivas competências estão dispostas nos artigos 9º a 13 do Estatuto Social da CEGAS (participação de empregado eleito no Conselho de Administração).

Conselho Fiscal: órgão permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos eleitos em Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, cujas competências, composição e funcionamento estão disciplinados no artigo 24 do Estatuto Social da CEGAS, bem como nos artigos 161 a 165 da Lei 6.404/76. Entre os seus objetivos principais destacam-se: i) analisar e opinar sobre as demonstrações financeiras; ii) fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento pelos mesmos dos seus deveres legais e estatutários.

Diretoria Executiva: órgão responsável pelas funções executivas e com a atribuição privativa de representar a Companhia, sendo composta por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 3 (três) anos. As atribuições e deveres da Diretoria estão disciplinados nos artigos 17 a 25 do Estatuto Social da CEGAS.

Auditoria Interna: é o responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Auditoria Independente: é o responsável por assegurar a credibilidade das informações financeiras da Companhia e por opinar se as demonstrações contábeis preparadas pela sua administração representam, em todos os aspectos relevantes, sua posição patrimonial e financeira.

Comitê de Auditoria Estatutária: é composto por 3 membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, permitida 3 reeleições consecutivas, observadas as condições e requisitos da legislação aplicável e da Política de Indicação da Companhia. O Comitê é vinculado diretamente ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade do controle interno e de auditoria interna e independente.

Comitê Estatutário de Elegibilidade: é designado pela Diretoria Executiva e auxilia os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutária, sem remuneração adicional.

Coordenadoria de Riscos e Conformidade: é o responsável por propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a Companhia, além de verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, aos normativos, às políticas e diretrizes internas e aos demais regulamentos aplicáveis.

#### Remuneração da Administração e Empregados

Com vistas ao cumprimento das Políticas Públicas e dos objetivos traçados, a Companhia pratica um pacote de remuneração ao seus Administradores, Diretores e Empregados composto pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa Mensal definida com valores alinhados aos padrões praticados pelo Governo do Estado do Ceará. No caso da remuneração atribuída aos Empregados, os seus reajustes são definidos com base em Acordo Coletivo de Trabalho, cuja competência de aprovação é do Conselho de Administração. No que tange à remuneração atribuída à Diretoria Executiva, a competência para deliberar sobre o assunto pertence à Assembleia Geral de Acionistas;
- Pacote de Benefícios alinhado com as boas práticas de mercado, o qual, apesar de ser entendido como mero complemento à remuneração mensal, tem desempenhado importante papel para o aumento da motivação e manutenção da força de trabalho, além de aumentar a atratividade para o interesse de futuros entrantes oriundos dos próximos concursos públicos a serem desenvolvidos pela CEGAS;
- Participação nos Resultados aos Empregados e Bônus de Desempenho dos Diretores, vinculada ao êxito apurado na realização das metas corporativas anuais traçadas, as quais representam, evidenciam e permitem: a) medir o desempenho da Companhia de uma forma global; b) aferir o nível de consecução dos objetivos de interesse dos seus "stakeholders" e das Políticas Públicas. Entre os principais objetivos traçados podem ser citados: 1) expansão e melhoria da rede de distribuição; 2) ampliação do número de usuários atendidos pelos serviços de distribuição de gás canalizado; 3) aumento do volume comercializado de gás por unidade usuária; 4) execução do planejamento orçamentário, com o consequente aumento da eficiência da Companhia em suas diversas áreas.

Administradores, Conselheiros Fiscais e Conselheiros de Auditoria Estatutária da CEGAS têm sua remuneração definida em Assembleia Geral, que leva em conta a remuneração do exercício anterior e o reajuste correspondente às perdas inflacionárias no período. Em 2018, a remuneração global anual da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi de R\$ 1,7 milhão, conforme o quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	CONSELHO DE AUDITORIA ESTATUTÁRIA	TOTAL
Nº Total de Membros Titulares	7	3	3	3	16
Nº Total de Membros Suplentes	0	0	3	0	3
Nº Total de Membros Remunerados	7	3	3	3	16
Remuneração Fixa Anual (1) (2) (3)	278.244,26	1.104.768,20	153.050,94	58.243,35	1.594.306,75
Descrição de Outras Remunerações Fixas	Nada a informar.	Licença Anual Remunerada acrescida de 3/3, Gratificação Natalina, Assistência Médica, Auxílio Alimentação, Seguro de vida e Assistência Odontológica	Nada a informar.	Nada a informar.	-
Remuneração Variável - Bonus de Desempenho a Título de PL (4)	Nada a informar.	97.640,79	Nada a informar.	Nada a informar.	97.640,79
<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>	<b>278.244,26</b>	<b>1.202.408,99</b>	<b>153.050,94</b>	<b>58.243,35</b>	<b>1.691.947,54</b>

(1) A remuneração do Diretor Técnico e Comercial foi reembolsada ao acionista Gaspetro.

(2) A remuneração do Diretor Administrativo e Financeiro foi reembolsada ao acionista Mitsui Gás.

(3) Sobre os valores de remuneração acima informados, a Cegás recolheu os tributos aplicáveis na forma da Lei.

(4) Referem-se a valores provisionados em 2018, os quais serão submetidos a aprovação pela AGO/2019.

#### Políticas e Práticas de Governança Corporativa

A Governança Corporativa tem como propósito assegurar a integridade, a regularidade, a transparência e a confiabilidade de uma empresa, bem como as melhorias no seu desempenho econômico. Para isso, utiliza um conjunto de mecanismos, tanto de incentivos como de monitoramento, que garantam o alinhamento do comportamento da alta administração com os interesses dos acionistas, e com os propósitos para os quais a companhia foi criada.

Assim, a Governança Corporativa inclui as relações entre os principais grupos de partes interessadas como os acionistas, conselho de administração, diretores, credores, fornecedores, clientes, empregados e as comunidades afetadas pelas atividades da corporação.

Nesta perspectiva, a Administração da Companhia busca estabelecer relacionamentos com princípios éticos, responsáveis e transparentes, trabalhando para atingir a excelência empresarial, melhorando continuamente as práticas e atitudes, visando potencializar ações que garantam a perenidade do negócio. Neste



sentido, a CEGÁS vem buscando a adoção de um modelo de governança aderente à Lei nº 13.303/2016 e pautado nas melhores práticas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, seguindo os princípios da:

**Transparência:** disponibilizando para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não se restringe apenas ao desempenho econômico-financeiro, mas também contempla fatores que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização;

**Equidade:** tratando de forma isonômica todos os sócios e partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas. Repudia atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto;

**Prestação de contas:** prestando contas da atuação dos diretores e administradores de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis, mantendo um adequado sistema de controles internos, com constante avaliação de sua efetividade e conformidade e alinhamento a requisitos do ambiente regulatório da Companhia;

**Responsabilidade corporativa:** perseguindo e resguardando a viabilidade econômico-financeira dos investimentos, considerando cenários no curto, médio e longo prazos, busca reduzir as interferências externas negativas ao negócio, desestimulando decisões motivadas por favoritismo e criando mecanismos para evitar o conflito de interesses.

#### Estrutura de controle

Na Estrutura de controle, a Diretoria Executiva vem atuando de forma incisiva nos mecanismos internos de governança, com o objetivo principal e definido de prevenir e mitigar as ocorrências de não conformidades da Companhia, sempre observando as normas legais e assegurando que as ações sejam aderentes às diretrizes, normas e procedimentos da empresa.

Desta forma, foi concluída a nova estrutura organizacional da Companhia, que está contemplando a implantação das seguintes áreas da CEGÁS:

- i) Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, sendo uma estrutura mais independente do dia a dia da Companhia, capaz de avaliar a efetividade das estruturas, os processos de controle instalados e os atos da gestão;
- ii) Comitê Estatutário de Elegibilidade: é designado pela Diretoria Executiva e auxilia os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sem remuneração adicional;
- iii) Coordenadoria de Auditoria Interna, que se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, visando preservar sua independência da gestão da organização além de facilitar a comunicação entre os 2 (dois) órgãos;
- iv) Coordenadoria de Riscos e Conformidade, ligado diretamente à Gerência de Planejamento, com atribuições suficientes para avaliar o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das políticas e processos internos.

Esta nova estrutura foi devidamente aprovada no dia 30/06/2018, pelo Conselho de Administração, na condição de Órgão competente para a sua aprovação segundo o Estatuto Social da CEGÁS, conforme prevê a Lei nº 13.303/16.

Outrossim, a Diretoria Executiva da CEGÁS autorizou e assinou o Contrato nº 065/CEGÁS/2018, com a empresa Deloitte Touche Tohmatsu, vencedora do processo licitação nº 2017/0001/CEGÁS, cujo objeto é a consultoria especializada para estruturação do processo de Gestão de Riscos, Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance da Companhia de Gás do Ceará, com prazo de execução de 8 (oito) meses. Por conseguinte, teve início a 1ª (primeira) etapa, dia 14/12/2018, de execução do cronograma da contratada: o curso de capacitação da consultoria, totalmente direcionada para áreas envolvidas, visando fortalecer o processo de Governança, riscos e compliance da empresa.

Além do exposto, que foi a criação da estrutura formal de riscos e auditoria interna e do próprio Comitê, a Diretoria Executiva vem executando o primeiro nível de monitoramento e controle dos riscos aos quais a Companhia está submetida. Para isso, a Diretoria Executiva se vale de:

- i) sistemas de automação das leituras de medição de consumo de gás natural de seus principais clientes;
- ii) medidores de fronteira instalados nos Pontos de Entrega, onde é feita transferência de custódia do gás natural da supridora para a CEGÁS;
- iii) sistema ERP padrão TOTVS, com os seus diversos módulos integrados entre si, gerando dados que são cruzados com as informações oriundas de outras áreas;
- iv) troca de experiências com outras Distribuidoras Estaduais de Gás Canalizado, com o objetivo de identificar boas práticas que podem ser inseridas nos processos internos, trazendo como consequências o ganho de eficiência e a minimização da exposição de riscos. Como exemplo, tem-se os modelos padronizados de editais e de contratos desenvolvidos por um grupo de especialistas que integram as Distribuidoras, os quais refletem com segurança as demandas que serão atendidas pelas contratadas, reduzindo o risco de pleitos futuros das contratadas em decorrências de contratos/editais deficientes;
- v) canal de ouvidoria, supervisionado e acompanhado pelo Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, onde qualquer interessado pode, de forma anônima, apresentar denúncias sobre desvios, as quais serão objeto de apuração pelo Comitê de Ética da Companhia, nos termos dos seus normativos internos;
- vi) sessões de Ética, onde são analisadas condutas éticas de funcionários e gestores.

Além disso, são realizadas:

- a) auditorias internas pelos Acionistas que visam identificar pontos de não conformidades;
- b) auditorias pelos órgãos de controle do Estado, a exemplo do Tribunal de Contas e da Controladoria Geral do Estado;
- c) auditorias externas trimestrais que são realizadas por Auditores Independentes cuja autorização de contratação é de competência do Conselho de Administração da CEGÁS, as quais têm por objetivo assegurar a confiabilidade das Demonstrações Financeiras da Companhia, garantindo que foram elaboradas atendendo as normas técnicas dispostas pelos órgãos de regulação;
- d) fiscalizações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

No quesito transparência, a Companhia disponibiliza no Portal da Transparência do Governo do Estado do Ceará, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação Pública, uma série de informações de interesse dos usuários e da sociedade, além de possuir uma estrutura interna de call center para atender às demandas oriundas dos seus usuários.

#### Fatores de riscos

Os fatores de riscos mais relevantes que podem interferir na atuação da empresa na realização de suas Políticas Públicas são os seguintes:

##### Risco Operacional

- Ineficiências das instalações ou processos operacionais/administrativos;
- Limitação do poder para o gerenciamento do negócio;
- Limitação de alternativas de fornecedores que assegurem a manutenção e a continuidade das operações e/ou dependência de fornecedor único;
- Ineficiência dos processos operacionais/administrativos, causando não atendimento das demandas;
- Informações não confiáveis ou falta de informações para acompanhamento dos negócios e tomada de decisões;

##### Risco Estratégico

- Execução de atividades irregulares em benefício próprio e falta de cumprimento dos padrões de comportamento estabelecidos no relacionamento com clientes e fornecedores pelos funcionários da Companhia;
- Garantia de compliance de governança em todos os níveis da organização;
- Comportamento para baixo de preços de energéticos substitutos;

##### Riscos Financeiro

- Insuficiência de recursos para o cumprimento de obrigações financeiras e/ou tomada de decisões;
- Inadimplência de grandes clientes.

##### Risco Legal

- Práticas incompatíveis com novas leis e acordos trabalhistas e previdenciários, discriminação ou diferenciação no tratamento dos funcionários;
- Impacto de alterações na regulação das atividades inerentes ao setor de atuação da Companhia e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito nacional ou local, introdução de novos regulamentos, distorções de interpretação e aplicação desses normativos e, até lacunas de regulação, no todo ou em parte, na cadeia produtiva da indústria do gás natural;
- Diferença entre a margem pleiteada pela distribuidora e a autorizada pela Agência;
- Migração de grandes consumidores para os segmentos autoprodutor e consumidor livre sem a regulamentação definida pela Agência.

#### DESEMPENHO DA CEGÁS

##### Mercado

O volume médio de gás comercializado pela CEGÁS para os segmentos não térmicos em 2018 foi de 525.203 m³/dia, o que corresponde a um aumento nas vendas de aproximadamente 14,5% em relação a 2017 (458.872 m³/dia). Este aumento ex-térmico se deu em função da retomada do crescimento econômico no país e da entrada da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) na carteira de clientes da CEGÁS, além de um maior esforço comercial por parte da CEGÁS. O volume médio total de gás natural comercializado em 2018, incluindo o consumo termoeletrônico, foi de 834.003 m³/dia, o que corresponde a uma redução nas vendas de 47,5% em relação a 2017 (1.587.152 m³/dia).

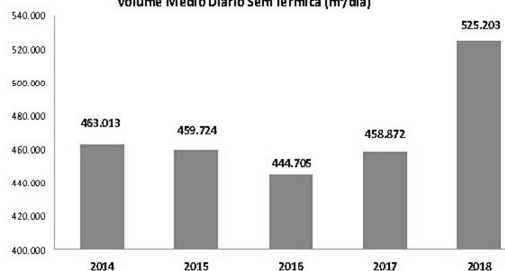
Com relação aos volumes comercializados no segmento térmico, observa-se uma redução de 72,6% em relação a 2017, em consequência da paralisação da



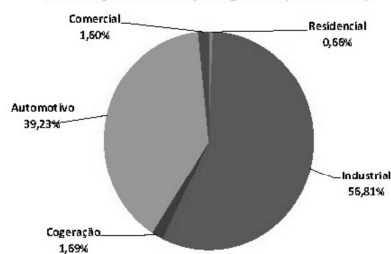
distribuição de gás à Termoelétrica.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução das vendas da Companhia nos últimos cinco anos e a participação em 2018 dos segmentos da CEGÁS em suas vendas, considerando, em ambos os casos, o cenário com e sem o consumo no segmento térmico:

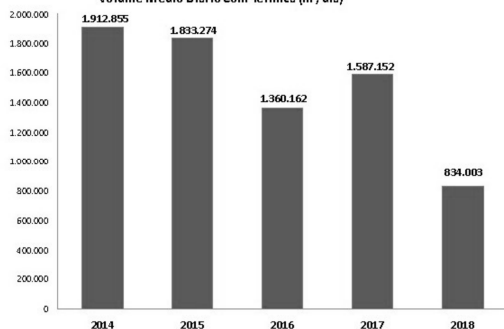
**Volume Médio Diário Sem Térmica (m³/dia)**



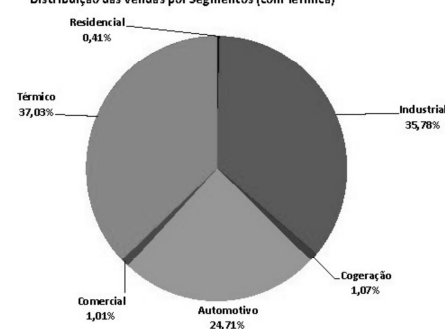
**Distribuição das Vendas por Segmentos (Sem Térmica)**



**Volume Médio Diário Com Térmica (m³/dia)**



**Distribuição das Vendas por Segmentos (com Térmica)**



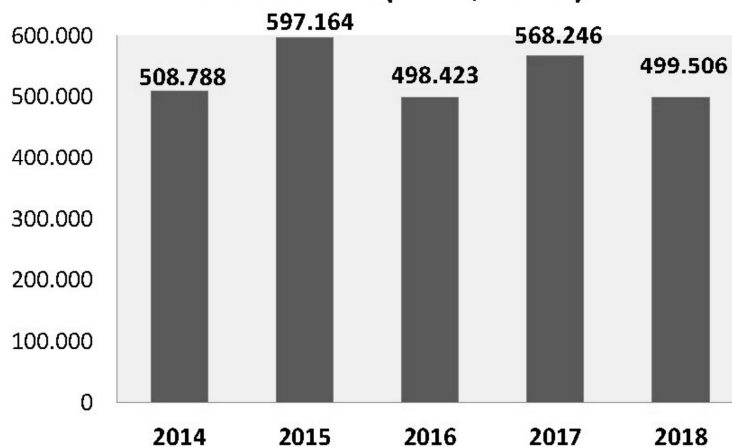
Os segmentos de mercado atendidos pela Companhia apresentaram o seguinte desempenho de consumo em 2018:

- i) o segmento industrial apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2018 de 298.386 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 19,7% em relação a 2017 (249.329 m³/dia), justificada a entrada ao final de dezembro de 2017 da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) na carteira de clientes da CEGÁS;
- ii) o segmento comercial apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2018 da ordem de 8.413 m³/dia, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 9,6% em relação a 2017 (7.677 m³/dia), resultado este fruto da estratégia de expansão traçada pela Companhia neste segmento;
- iii) o segmento veicular, considerando inclusive a comercialização de gás natural veicular comprimido, apresentou um volume médio comercializado em 2018 da ordem de 206.060 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 11,9% em relação a 2017 (184.073 m³/dia), demonstrando recuperação deste importante segmento de mercado, fruto da competitividade do gás natural frente à gasolina e ao etanol;
- iv) o segmento autoprodução (cogeração) apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2018 da ordem de 8.884 m³/dia, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 40,9% em relação a 2017 (15.034 m³/dia), justificada pela migração de clientes para o segmento industrial;
- v) o segmento residencial apresentou um volume médio diário de gás natural comercializado em 2018 da ordem de 3.459 m³/dia, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 25,4% em relação a 2017 (2.760 m³/dia), aumentando assim o ritmo de crescimento verificado em anos anteriores, fruto da estratégia de expansão traçada pela Companhia neste segmento;
- vi) já o segmento termoelétrico apresentou um volume médio diário de gás comercializado em 2018 da ordem de 308.800 m³/dia, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 72,6% em relação a 2017 (1.128.280 m³/dia), justificada pela suspensão de fornecimento, pela Petrobras, de gás para a geração de energia.

#### Receita

Em 2018, a CEGÁS distribuiu um total de 304,4 milhões de m³ de gás natural, incluindo o consumo do segmento térmico, o que correspondeu a uma Receita Bruta de Distribuição da ordem de R\$ 499,5 milhões, cerca de 12,1% inferior àquela realizada em 2017 (R\$ 568,2 milhões). Se considerarmos a Receita Bruta de Distribuição ex-térmica, a mesma foi cerca de 34,7% maior do que no ano anterior, passando de R\$ 316,2 milhões em 2017 para 425,8 milhões em 2018. O gráfico apresenta a evolução da Receita Bruta de Distribuição da Companhia no período 2014 a 2018.

#### Receita Bruta (em R\$ 1.000)



A receita líquida gerada por essas atividades em 2018 alcançou o montante de R\$ 366,4 milhões, detalhadas por cada segmento na tabela a seguir:

RECEITA LÍQUIDA POR SEGMENTO (R\$ 1.000)					
SEGMENTOS	2014	2015	2016	2017	2018
Industrial	101.778	112.510	108.963	116.608	156.446
Cogeração	8.863	8.259	8.330	6.623	4.481
Automotivo	52.019	62.303	80.469	98.145	134.058
Comercial	2.745	3.470	4.176	4.829	6.136
Residencial	761	976	1.282	1.783	2.835
Térmico	229.854	280.670	186.535	212.847	62.252
Serviço	399	697	42	235	171
<b>TOTAL</b>	<b>396.421</b>	<b>468.885</b>	<b>389.798</b>	<b>441.070</b>	<b>366.379</b>

Pode-se observar que, com exceção dos segmentos Térmico e Cogeração, os demais segmentos da Companhia apresentaram crescimento da Receita Líquida de 2017 para 2018.

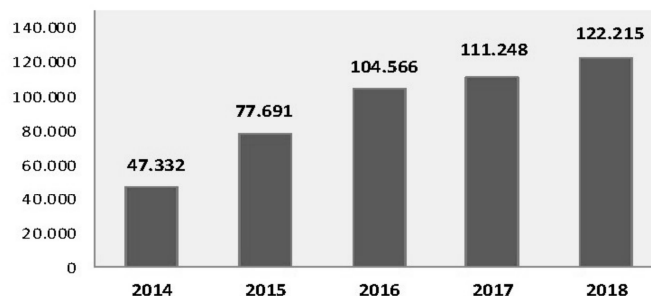
#### EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA, indicador que desconsidera os impostos sobre o lucro, a depreciação e a amortização, além do resultado financeiro obtido pela Companhia, totalizou em 2018 o montante de R\$ 73,1 milhões, o que representa uma redução da ordem de 3,1% em relação ao ano anterior (R\$ 75,4 milhões). O Lucro Líquido em 2018 foi de R\$ 56,6 milhões, 8,2% menor do que aquele verificado no ano anterior (R\$ 61,6 milhões).

#### Fluxo de Caixa

Mesmo após a realização de investimentos da ordem de R\$ 18,9 milhões e de pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 37,1 milhões, a Companhia encerrou o ano de 2018 com um saldo de Caixa total de R\$ 122,2 milhões, acrescido de R\$ 8,5 milhões de aplicações financeiras sendo que, deste montante, R\$ 3,8 milhões estão indisponíveis por garantia de empréstimo financeiro. Esses valores estão vinculados ao plano plurianual da Companhia aprovado na 176ª reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 21/11/2018 e evidenciam a solidez da situação financeira da companhia. A tabela abaixo evidencia a evolução do caixa da Companhia.

**Caixa e Equivalente de Caixa (em R\$ 1.000)**



#### Investimentos

Para a definição dos investimentos a serem realizados, o Contrato de Concessão firmado entre o Estado do Ceará e a CEGÁS estabelece indicadores de rentabilidade mínimos a serem verificados através de estudos de viabilidade econômica que consideram as estratégias de crescimento da Companhia, o mercado potencial das regiões abrangidas pela distribuição e os níveis de rentabilidade para cada projeto e para a concessão como um todo.

Assim, para atender aos objetivos de Políticas Públicas, foram realizados em 2018 investimentos da ordem de R\$ 18,9 milhões, dos quais R\$ 17,4 milhões foram destinados à aquisição de equipamentos e à expansão da sua malha de gasodutos, a qual passou de 466 km para 472 km de extensão ao final de 2018.

Dentre os principais investimentos, destacamos:

- a construção de 6,6 km relativos à expansão da rede existente na região metropolitana de Fortaleza, voltados para o atendimento dos segmentos residencial e comercial nos bairros Fátima, Meireles, Praia de Iracema, Papicu, Varjota, Dionísio Torres e Aldeota, além de áreas como Complexo Hospitalar do Porangabaçu e Condomínio Industrial do Eusébio. Vale mencionar que essa expansão de rede permitiu à Companhia agregar 2.424 novos usuários a sua carteira;
- finalização do projeto pioneiro no Brasil, em poliamida, que interligou o Aterro Sanitário de Caucaia ao cliente CERBRAS, no que tange a sua automação de processo industrial;
- finalização da instalação de válvula de bloqueio em ponto estratégico da linha tronco de aço carbono, para possibilitar intervenções programadas e em casos de emergência na rede, minimizando o impacto junto aos usuários;
- aquisição de 247 Conjuntos de Regulagem e Medição - CRM e dutos de aço para atendimentos a novos clientes de todos os segmentos da Companhia;
- elaboração de projetos para expansão de 50 km da malha de distribuição para atendimento ao segmento residencial/comercial nos bairros Aldeota, Meireles e Praia do Futuro e no segmento industrial no município de Eusébio.

Com relação aos seus processos de gestão, destaca-se:

- Renovação do parque de estações de trabalho, através da aquisição de 35 desktops e 19 notebooks;
- Desenvolvimento de Sistema para levantamento do perfil energético de clientes em potencial;
- Elaboração novo modelo de Plano de Negócios (2019-2023);
- Implantação do sistema de acompanhamento de Indicadores e Metas, contribuindo para aperfeiçoamento do processo de gestão;
- Preparação e configuração do ambiente Logix para a versão 4.0 da Nota Fiscal Eletrônica;
- Implementação do Sistema e-Social do EFD Reinf, buscando o atendimento às novas obrigações fiscais;
- Construção de um novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, moderno e alinhado com novas tecnologias e modelos de processos.

Salienta-se que todos os investimentos realizados em 2018 foram pagos com recursos próprios da Companhia, e que o passivo evidenciado nas Demonstrações Financeiras para subsidiar as obras de infraestrutura foi constituído entre 2014 e 2016, através de um financiamento com o Banco do Nordeste no valor de R\$ 44.081.123,29, com prazo de pagamento até 20 de agosto de 2024.

#### Custeio

Todas as atividades desenvolvidas pela Companhia são custeadas integralmente pela geração de caixa operacional da empresa, não existindo nenhuma forma de repasse de verba pública.

Para o custeio das atividades de operação e manutenção da rede de distribuição de gás natural, foi gasta a quantia de R\$ 9,9 milhões, enquanto que para o funcionamento da máquina administrativa da Companhia foi desembolsado o montante de R\$ 19,8 milhões, a título de despesas gerais, ações comerciais e de marketing, pagamento de pessoal, seguros, serviços prestados e outras rubricas.

Dentre as principais ações implementadas pela Companhia destacamos:

- Elaboração do Projeto Executivo para modernização das Estações de Transferência de Custódia (ETCs);
- Realização de 80% do plano de calibração para medidores industriais, postos e comerciais;
- Instalação de 40 novos conversores de volume com telemetria integrada nos maiores clientes industriais;
- Aprovação do Plano de Redução de Perdas de Gás com prazo para finalização 2019;
- Implementação de um novo gerenciador de telemetria no Centro de Controle Operacional (CCO);
- Elaboração de estudo de Ciclo de Vida (LCC) em válvulas remotamente operadas;
- Publicação de 39 procedimentos de manutenção no sistema de Gestão de Documentação da Companhia (GED), visando formalizar o procedimento.



## RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A CEGÁS vem buscando ajustar a sua atividade produtiva ao desenvolvimento sustentável da sociedade cearense, seja através do cumprimento efetivo das exigências legais para a obtenção das Licenças Ambientais, seja por meio de medidas como a promoção da Semana do Meio Ambiente, da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho ou, ainda, de palestras ligadas à área de Segurança, Qualidade, Meio Ambiente e Saúde.

## Gás Natural Renovável

Alinhada às estratégias de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, a Companhia implementou um projeto inovador e pioneiro no Brasil. Esta ação faz parte de um plano estratégico da CEGÁS de sustentabilidade, que iniciou com o contrato firmado para aquisição de 70.000 m³/dia de Gás Natural Renovável - GNR. Gerado a partir da purificação do biogás extraído do Aterro Sanitário Metropolitano Oeste - ASMOC, situado no Município de Caucaia-CE, o GNR tem como vantagem o aproveitamento do biogás do lixo, a redução significativa da quantidade emitida de dióxido de carbono (CO2) e de metano (CH4), gases intensificadores do efeito estufa.

O início do fornecimento desse novo energético ocorreu em dezembro de 2017, atendendo primeiramente ao usuário CERBRAS. Em 2018, a Companhia realizou estudo de viabilidade e já injeta este gás em sua rede de distribuição, tornando-se a primeira do Brasil a injetar o GNR na rede e uma das distribuidoras com maior percentual de volume comercializado de gás natural renovável do mundo.

## Capital Humano

Parte fundamental para o desenvolvimento da Companhia, o quadro de profissionais da CEGÁS é formado por 110 colaboradores, sendo 74 pessoas do quadro de empregados concursados. Além disso, a Companhia conta com empresas contratadas mediante processo licitatório que prestam serviços em atividades como leitura de medidores, manutenção, vigilância e zeladoria, armazenagem e movimentação e materiais, entre outros.

## QUADRO DE COLABORADORES

Diretores	3
Comissionados	17
Concursados	74
Cedidos	1
Estagiários	13
Jovem Aprendiz	2
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>

A Gestão da Companhia continua dedicando especial atenção ao Capital Humano, seja em relação ao seu desenvolvimento com ações de capacitação, seja na oferta de melhores condições de qualidade de vida ou, ainda, na oferta de um pacote de remuneração (salários + benefícios) compatível com o mercado. Nessa linha, os principais marcos de 2018 foram os seguintes:

- Negociação das cláusulas econômicas do acordo coletivo;
- Negociação do acordo da Participação nos Lucros e Resultados - PLR bianual;
- Reformulação do Plano de Emprego, Carreira e Salários - PECS;
- Pesquisa salarial de mercado nacional e setor de gás;
- Possibilidade de treinamentos in-company;
- Integração para os novos colaboradores;
- Convocação de mais 14 concursados do Concurso Público realizado em 2017;
- Investimento de aproximadamente R\$ 233,5 mil na capacitação de seu corpo funcional, mantendo o permanente processo de desenvolvimento do corpo gerencial da Companhia.

## Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde

O programa de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS começou a ser implantado na CEGÁS em 2016 e é considerado um marco na trajetória da empresa. Trata-se de um programa que visa a reorganização dos processos internos da Companhia e atendimento às normas implementadas pela Organização Internacional de Normatização, NBR ISO 9001, que trata da qualidade dos produtos, ISO 14001 com foco na gestão ambiental, e ISO 45001, voltada para segurança e saúde no trabalho.

Alguns documentos relevantes para o sistema já foram implementados, como: a Política de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde; o Plano de Atendimento de Emergência (PAE); a gestão de Comunicação, Registro, Investigação e Análise de Anomalias de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Levantamento de aspectos e impactos ambientais (LAIA) e o Levantamento de riscos operacionais (LRO).

Para arquivo e controles destes documentos, a Companhia implantou o Sistema de Gerenciamento Eletrônico (GED) em que já foram inseridos 90 procedimentos. Para manter o ambiente de trabalho sempre seguro e saudável, a CEGÁS investe na adoção das melhores práticas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). São ações de rotina da Companhia:

- Realização de campanhas educativas de SMS: Maio Amarelo (trânsito), Setembro Amarelo (suicídio), Outubro Rosa (câncer de mama), Novembro Azul (câncer de próstata), Dezembro Vermelho (AIDS);
- A realização dos Diálogos Semanais de Segurança, Meio ambiente e Saúde (DSSMS);
- Realização de Seminários para agentes públicos sobre interferências de terceiros em vias públicas;
- Realização de Seminários sobre Segurança nas Instalações de Gás Natural para os funcionários dos postos de gás natural;
- Campanhas de vacinação, acompanhamento individual da saúde aferindo pressão arterial e cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e de prevenção;
- Realização de auditoria referente ao sistema de Gestão de SMS (15 Diretrizes) com a participação das CDL MSGÁS e SERGÁS;
- Implantação do sistema de acompanhamento dos indicadores de segurança para Gestão de Anomalias;
- Realização de 3 simulados de anomalias (acidente em espaço confinado, vazamento em tubulação e evacuação do prédio), conforme o Plano de Atendimento de Emergência - PAE.

## Ações de Responsabilidade Social, Marketing e Comunicação

A CEGÁS desenvolveu ao longo do ano uma série de ações para ampliar o seu conhecimento junto à sociedade cearense, afirmando uma imagem em consonância com sua missão e focada na atração de novos negócios e clientes.

Um novo site da empresa foi lançado, tornando sua presença no mundo digital mais moderna, interativa e com mais canais diretos com seus clientes e a sociedade. Foi iniciada também a participação da empresa nas redes sociais.

Foi lançado também o Selo Verde, uma ação que visa a distinguir os clientes da CEGÁS como usuários de um tipo de energia mais limpa, inovadora e eficiente, alinhada com o pioneirismo da Companhia na distribuição de gás natural renovável. A exemplo de outros selos de certificação, que agregam valor aos seus detentores, o Selo Verde é distribuído entre os clientes residenciais, veiculares, comerciais e industriais da CEGÁS, para que sejam exibidos para seus clientes, moradores, passageiros e funcionários.

A CEGÁS inaugurou o Espaço CEGÁS de Cultura na sua sede, abrigando uma área para exposições de artes plásticas, auditório e sala de treinamento. O local é uma importante ferramenta de marketing cultural e relacionamento institucional. Em reconhecimento a sua atuação na área cultural, a CEGÁS recebeu o SELO OURO de Responsabilidade Cultural, conferido pela Secretaria de Cultura do Ceará.

Além disso, foi realizada mais uma edição do Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, criado em 2017 com o objetivo de democratizar o acesso aos recursos disponíveis para o patrocínio de ações nas áreas da cultura, educação, esportes, meio ambiente e saúde.

No âmbito da melhoria da governança corporativa, foram desenvolvidas Políticas de Porta Voz, Gestão da Informação, Relacionamento com a Comunidade, Relacionamento Institucional e Patrocínios. A CEGÁS desenvolveu ações de comunicação para reforçar os cuidados com a segurança no uso do Gás Natural Veicular e aproximação com clientes e potenciais clientes do Distrito Industrial de Maracanaú.

## Distribuição da Riqueza Gerada

A riqueza gerada pela Companhia tem o potencial para mudar e melhorar o ambiente social. Agrega valor ao Estado através do recolhimento de tributos; aos trabalhadores com o pagamento de salários; aos investidores, acionistas e sócios com a distribuição dos lucros; e aos financiadores com o pagamento dos juros; ao ambiente com a manutenção dos elementos essenciais à vida e a si mesma, garantindo a sua continuidade.

Em 2018, a riqueza gerada pela empresa alcançou o patamar de R\$ 109,9 milhões, sendo distribuída da seguinte forma: R\$ 11,5 milhões com o pagamento de salários e benefícios; R\$ 25,4 milhões com recolhimento de tributos, R\$ 16,4 milhões com remuneração do capital de terceiros, e R\$ 56,6 milhões com remuneração do capital próprio.

Outras contribuições também foram percebidas pela comunidade, como a ampliação da malha de distribuição, que possibilitou o acesso de mais pessoas a utilização do gás natural.





A distribuição da riqueza gerada pela CEGÁS entre os diversos segmentos da sociedade pode ser observada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	VALORES EM MILHÕES			
	2018	%	2017	%
Colaboradores	11,5	0,1	9,4	8,1
Governo	25,4	0,2	24,4	21,2
Capital de Terceiros	16,4	0,1	19,6	17,1
Acionista	56,6	0,5	61,6	53,6
<b>TOTAL</b>	<b>109,9</b>	<b>1,0</b>	<b>115,0</b>	<b>100,0</b>

#### ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DAS METAS DE 2018

O Conselho de Administração aprovou as Metas Corporativas de 2018 aplicáveis aos Diretores e aos Empregados da Companhia, as quais estão alinhadas com a política de remuneração variável aprovada pelos Acionistas. Sua premissa básica é o reconhecimento da contribuição dos Diretores e Empregados aos resultados da Companhia, feito através do pagamento anual de participação nos resultados, estes medidos em função do nível do cumprimento das metas. Além das Metas Corporativas, existe a definição de Metas Setoriais a serem cumpridas pelas diversas áreas da organização, as quais são elaboradas de forma a contribuir para a realização das metas corporativas definidas pelo Conselho de Administração, e cuja competência de aprovação, segundo os normativos internos, é da Diretoria Executiva.

As principais metas estabelecidas, juntamente com os respectivos comentários acerca das suas respectivas realizações, estão detalhadas a seguir.

#### Infraestrutura e Investimentos

A CEGÁS previu investir no ano de 2018 o montante de R\$ 26,8 milhões na expansão de 20,8 km da sua rede de distribuição.

Dentre os principais projetos planejados, estava a manutenção da estratégia de expansão da rede de distribuição visando a ampliação do atendimento aos segmentos comercial e residencial, com destaque para as áreas do bairro Dionísio Torres, Polo Industrial e Tecnológico de Saúde do Eusébio.

Para esta meta, a realização foi de 70,5%, o que significa que foram investidos R\$ 18,9 milhões, justificando-se tal patamar de realização por entraves no desenvolvimento do processo licitatório para a contratação dos serviços de construção do gasoduto e economia nas contratações.

#### Clientes e Mercado

O volume de comercialização planejado para o ano de 2018 foi estimado em 1.746.863 m³/dia, considerando os segmentos térmico e não térmico, além da prestação de serviços de movimentação de gás natural a Autoprodutor, o que totalizava um volume anual projetado de comercialização de gás natural de 637.604.831 m³.

Considerando apenas os segmentos não térmicos, a projeção de volume comercializado era de 534.354 m³/dia, correspondente a 195.039.220 m³/ano.

O volume diário realizado em 2018, incluindo os segmentos térmico e não térmico, foi de 834.003 m³/dia, foi 52,3% inferior ao volume diário orçado. No entanto, se considerarmos os segmentos não térmicos, houve aumento 1,7% em relação ao volume diário orçado, que representa 9.151,01 m3/dia distribuído a mais que o orçado.

Para o indicador de aumento do número de clientes, os projetos de ampliação da rede de distribuição geram expectativas de aumentar ainda mais a participação do gás natural no mercado.

Em 2018, a Cegas planejava conquistar cerca 5.000 novos clientes residenciais e 100 clientes novos comerciais nos bairros Meireles, Varjota e Papicu, sendo que o resultado alcançado foi 2.484 clientes residenciais e 51 clientes comerciais, ficando abaixo das expectativas da empresa, mas acima de sua captação histórica.

#### Rentabilidade

Foi prevista para o exercício de 2018 uma Margem de Contribuição de R\$ 115,6 milhões, correspondente a 22,1% da Receita Líquida orçada. O EBTIDA foi estimado em R\$ 76,4 milhões e o Lucro Líquido orçado foi R\$ 58,3 milhões.

A margem realizada pela CEGÁS foi de R\$ 100,4 milhões, 13,2% inferior ao valor orçado, cuja principal justificativa é a redução das vendas em decorrência da parada programada para manutenção do terminal de regaseificação, ocorrida a partir de decisão da Petrobras, o que suspendeu o consumo da Térmica durante o ano de 2018.

O EBTIDA atingiu R\$ 73,1 milhões e o Lucro Líquido foi de R\$ 56,6 milhões, 4,2% e 2,8% respectivamente inferior ao resultado orçado, devido a suspensão do consumo da térmica durante o ano de 2018.

#### Sociedade

A Companhia, com a visão de responsabilidade social, estabeleceu como meta a implantação de normas e procedimentos na área de segurança, meio ambiente e saúde e fortalecer a imagem da companhia através da redefinição da identidade visual da companhia e reestruturação do seu site.

Para o atendimento desses objetivos a Companhia continuou a implantação do programa de Qualidade Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS, voltado para reorganização dos seus processos internos e atendimento as normas implementadas pela Organização Internacional de Normatização, NBR ISO 9001, que trata da qualidade dos produtos, ISO 14001 com foco na gestão ambiental e ISO 45001, voltada para segurança e saúde no trabalho.

Os dados acima demonstram os resultados do trabalho realizado ao longo de 2018, que foram alcançados de forma transparente, segura e eficiente, sempre com foco na melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços ofertados à sociedade do Estado do Ceará.

#### PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO

Com foco na Visão de Futuro da Companhia para o ano de 2023, que é “Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará”, a CEGÁS continua em um ciclo com excelentes perspectivas para o seu desenvolvimento de forma sustentável, como se depreende das ações abaixo, algumas das quais que, inclusive, já são uma realidade:

- desenvolver novos sistemas de distribuição para atender ao mercado existente, além da interiorização do gás para mercados polo;
- acelerar estratégia de ampliação do atendimento aos segmentos comercial e residencial, destacando-se o planejamento da expansão da rede da CEGÁS, visando o atendimento aos bairros Centro, Aldeota e Dionísio Torres, Cambé e Messejana;
- manter estratégia de ampliação do atendimento ao segmento industrial com enfoque nos polos industriais dos municípios de Pacajus e Eusébio;
- manter as tarifas de gás natural em patamares de atratividade frente aos energéticos substitutos;
- buscar sinergia com os principais projetos liderados pelo Governo do Estado;
- utilizar o Gás Natural Comprimido (GNC) ou o Gás Natural Liquefeito (GNL) para a interiorização do gás, onde o desenvolvimento da infraestrutura básica para o gás canalizado ainda não é viável, e analisar outras tecnologias que viabilizem a competitividade no transporte em longas distâncias;
- estudar, junto com seus acionistas, alternativas para garantir o suprimento do gás natural no Estado, desenvolvendo expertise em contratação e gestão de suprimento deste insumo, de modo a permitir que a CEGÁS esteja preparada para os possíveis novos cenários que se aproximam, inclusive com a perspectiva de entrada de novos agentes no mercado.

#### METAS PARA 2019

Para 2019, as principais metas e expectativas da Companhia são as seguintes:

##### Metas de Investimentos

- Investimentos no montante de R\$ 25,1 milhões na expansão e saturação da rede de distribuição de gás, principalmente, nos municípios Fortaleza, Eusébio, Pacajus, São Gonçalo/Pecém;
- Investimento de R\$ 780 mil em melhoria nas ETCs, além de R\$ 200 mil em Pesquisa & Desenvolvimento, visando ao aperfeiçoamento do serviço ofertado pela Companhia;
- Investimento no montante de R\$ 419,3 mil na aquisição de Licença para uso do Sistema de banco de dados.

##### Metas Comerciais

- Recuperação gradual do consumo de gás natural pelo segmento industrial, alcançando o patamar de comercialização de 329.721 m³/dia de gás natural;
- Aumento do consumo de GNV, em função da sua competitividade frente à gasolina e ao etanol, com volume previsto de comercialização para 2019 de 206.231 m³/dia de gás natural;
- Retomada do fornecimento de gás à térmica;
- Comissionamento de 5.600 unidades habitacionais, 150 estabelecimentos comerciais e 10 indústrias e contratação de 2 postos de combustíveis.



## Metas Operacionais

- i) Construção de 40,8 km de rede de distribuição de gás, com destaque para o bairro Dionísio Torres, Revitalização da Avenida Beira Mar, Polo Industrial do Eusébio, Suporte Fresenius;
- ii) Modernização das Estações de Transferência de Custódia de Fortaleza, Pecém e Caucaia;
- iii) Garantia de confiabilidade dos sistemas de medição de gás natural;
- iv) Elaboração de 41,1 km de novos projetos de gasodutos;
- v) Recadastramento de 20% da Rede de Distribuição;
- vi) Lançamento de 15,1 km de Gasodutos Estruturantes com foco no Bairro Dionísio Torres e na Av. Beira Mar.

## Metas Regulatórias

- i) Iniciar cobrança da margem em relação aos serviços de movimentação de gás prestados à térmica da Petrobras;
- ii) Desenvolvimento de expertise regulatória da equipe, entendendo a importância deste assunto para o desenvolvimento dos negócios da Companhia no futuro.

## Estratégias e Metas de Governança

- i) Estruturação da empresa de acordo com a Lei nº 13.303/2016;
- ii) Certificação da empresa de acordo com a ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001;
- iii) Garantia de suprimento, buscando diversificar suas fontes de fornecimento de gás natural, através de novos fornecedores.

## AGRADECIMENTOS

Na conclusão deste relatório, a diretoria da CEGÁS expressa sua gratidão aos nossos Acionistas, pela confiança depositada em suas ações; aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; aos nossos clientes/usuários - motivo maior do nosso sucesso; aos nossos parceiros comerciais; aos fornecedores que prestaram os seus relevantes serviços a esta Companhia na realização dos seus investimentos e àqueles que nos levaram aos bons resultados acima relatados, que são os nossos dedicados colaboradores.

Por último, gostaríamos de agradecer aos Órgãos e Entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal que, de alguma forma, contribuíram positivamente para o bom desempenho da Companhia durante o ano de 2018.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVOS	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVOS	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 8	122.215	111.248	Fornecedores	Notas 19	31.453	47.043
Aplicações Financeiras	Nota 9	4.684	4.402	Empréstimos e financiamentos	Notas 20 e 36	19.527	15.261
Contas a receber de clientes	Nota 10	20.005	40.948	Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		2.415	2.954
Contas a receber de parte relacionadas	Nota 11 e 36	1.818	2.980	Imposto de renda e contribuição social a pagar		520	537
Estoques	Nota 12	668	454	Contas a pagar a parte relacionadas	Nota 36	43	40
Tributos a recuperar	Nota 13	138	269	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Nota 22	5.681	5.658
Créditos nas operações de aquisição de gás	Nota 14	4.717	7.281	Participações no Resultado a Pagar	Nota 23	1.079	1.102
Despesas antecipadas	Nota 16	379	232	Débitos nas operações de venda de gás	Nota 21	10.736	12.052
Antecipação férias/Cheques em Cobrança		95	94	Provisão para contingências	Nota 26	6	4
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>154.719</b>	<b>167.908</b>	Cauções/Valores em Controvérsia/Subvenções	Nota 25	1.418	1.302
				<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>72.878</b>	<b>85.953</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Aplicações Financeiras	Nota 9	3.800	3.575	Empréstimos e financiamentos	Nota 20	34.029	41.321
Contas a receber de clientes	Nota 10	9.396	9.396	Débitos nas operações de venda de gás	Nota 21 e 36	53.605	49.167
Contas a receber de parte relacionadas	Nota 11 e 36	14.626	13.516	Provisão para contingências	Nota 26	43.311	38.997
Tributos diferidos	Nota 9	14.534	13.091	Subvenções/Participação Financeira	Nota 25	267	212
Depósitos Judiciais	Nota 15	44.013	39.027	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>131.212</b>	<b>129.697</b>
Créditos nas operações de aquisição de gás	Nota 14	25.944	22.988	<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>204.090</b>	<b>215.650</b>
Depósito Reinvestimento/Garantias Contratuais	Nota 17	1.573	4.524	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Investimentos		14	14	Capital Social	Nota 27	125.628	113.782
Intangível	Nota 18	125.288	121.924	Reserva de Lucro	Nota 34	36.973	35.045
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>239.188</b>	<b>228.055</b>	Dividendos Adicionais Propostos	Nota 22	27.216	31.486
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>393.907</b>	<b>395.963</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>189.817</b>	<b>180.313</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>393.907</b>	<b>395.963</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Fábio Augusto Norcio  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO  
Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE  
Fabrício Bomtempo de Oliveira  
DIRETOR TÉCNICO COMERCIAL  
Mardônio Barbosa da Silva  
CONTADOR CRC - CE 019178/O8

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA - VENDA DE GÁS E SERVIÇOS	Nota 28	366.381	441.070
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	Nota 28	18.864	-
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	Nota 29	(288.762)	(366.800)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	Nota 29	(18.864)	-
LUCRO BRUTO		77.619	74.270
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(19.032)	(10.863)
Despesas Gerais e Administrativas	Nota 30	(25.600)	(21.182)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	Nota 31	6.568	10.319
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		58.587	63.407
RESULTADO FINANCEIRO	Nota 32	4.591	6.223
Receitas Financeiras		8.473	11.128
Despesas Financeiras		(3.882)	(4.905)
LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL		63.178	69.630
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(18.160)	(20.905)
Correntes	Nota 33	(19.603)	(21.996)
Diferidos	Nota 33	1.443	1.091
INCENTIVO FISCAL DE REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA		11.656	12.911



	Nota Explicativa	2018	2017
Incentivos Fiscais		11.656	12.911
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		56.674	61.636
LUCRO POR AÇÃO	Nota 35	1,44	1,56

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Fábio Augusto Norcio  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO  
Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE  
Fabrício Bomtempo de Oliveira  
DIRETOR TÉCNICO COMERCIAL  
Mardônio Barbosa da Silva  
CONTADOR CRC - CE 019178/O8

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		56.674	61.636
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		56.674	61.636

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Fábio Augusto Norcio  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO  
Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE  
Fabrício Bomtempo de Oliveira  
DIRETOR TÉCNICO COMERCIAL  
Mardônio Barbosa da Silva  
CONTADOR CRC - CE 019178/O8

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	NOTA EXPLICATIVA	RESERVAS DE LUCROS CAPITAL SOCIAL	LEGAL	DIVIDENDO INCENTIVOS FISCAIS	ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
<b>SALDOS EM 31/DEZ./16</b>		<b>101.863</b>	<b>20.091</b>	<b>11.919</b>	<b>32.278</b>	-	<b>166.151</b>
Dividendos adicionais aprovados	Nota 22				(32.278)	-	(32.278)
Aumento de Capital						-	-
Com reservas de lucros	Nota 34	11.919		(11.919)		-	-
Lucro Líquido do Exercício						61.637	61.637
Destinação do Lucro Líquido do Exercício:							-
Constituição de reserva legal	Nota 22	-	2.666	-	-	(2.666)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	Nota 34	-	-	12.289	-	(12.289)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	Nota 22	-	-	-	-	(5.658)	(5.658)
Dividendos adicionais propostos	Nota 22	-	-	-	31.486	(31.486)	-
Juros sobre o capital próprio	Nota 22	-	-	-	-	(9.538)	(9.538)
<b>SALDOS EM 31/DEZ./17</b>		<b>113.782</b>	<b>22.757</b>	<b>12.289</b>	<b>31.486</b>	-	<b>180.314</b>
Dividendos adicionais aprovados	Nota 22	-	-	-	(31.486)	-	(31.486)
Aumento de Capital						-	-
Com reservas de lucros	Nota 34	11.846	(11.846)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	56.674	56.674
Destinação do Lucro Líquido do Exercício:							-
Constituição de reserva legal	Nota 22	-	2.369	-	-	(2.369)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	Nota 34	-	-	11.404	-	(11.404)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	Nota 22	-	-	-	-	(5.681)	(5.681)
Dividendos adicionais propostos	Nota 22	-	-	-	27.216	(27.216)	-
Juros sobre o capital próprio	Nota 22	-	-	-	-	(10.004)	(10.004)
<b>SALDOS EM 31/DEZ./18</b>		<b>125.628</b>	<b>25.126</b>	<b>11.847</b>	<b>27.216</b>	-	<b>189.817</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Fábio Augusto Norcio  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO  
Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE  
Fabrício Bomtempo de Oliveira  
DIRETOR TÉCNICO COMERCIAL  
Mardônio Barbosa da Silva  
CONTADOR CRC - CE 019178/O8

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	63.178	69.630
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido do Exercício		
Líquido obtido nas Atividades Operacionais:		
Baixa de intangíveis por sinistros	-	25
(Ganho) Perda na alienação de imobilizado/intangível	-	-
Transferências para manutenção do Intangível	(14)	7
Depreciações e amortizações	15.504	12.744
Líquido Ajustado	78.668	82.406
(Aumento) redução nos ativos operacionais	22.826	(29.329)
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras	21.005	(14.564)
Estoques	(214)	72
Impostos a recuperar	131	165
Creditos nas operações de venda e aq. Gas	(392)	(9.739)



	2018	2017
Aplicações Financeiras	(507)	(716)
Despesas Antecipadas	(147)	(13)
(Aumento) redução de outros ativos	2.950	(4.534)
Redução/Aumento de Passivos	(16.503)	21.989
Fornecedores	(15.587)	8.018
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar	(539)	1.135
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(7.963)	(9.166)
Participações no Resultado a Pagar	(23)	118
Adiantamentos de Clientes	3.122	17.391
Provisão para Contingências	4.316	3.362
Outros Passivos	171	1.131
Aquisição de intangível	(18.864)	(18.741)
Baixa de intangível	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(18.864)</b>	<b>(18.741)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(37.144)	(37.629)
Juros capital próprio pagos	(10.004)	(9.538)
Depósitos Judiciais	(4.986)	(3.208)
Financiamentos	(3.026)	732
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(55.160)</b>	<b>(49.643)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>10.967</b>	<b>6.682</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.248	104.566
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	122.215	111.248

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Fábio Augusto Norcio  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO  
Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE  
Fabrício Bomtempo de Oliveira  
DIRETOR TÉCNICO COMERCIAL  
Mardônio Barbosa da Silva  
CONTADOR CRC - CE 019178/O8

#### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>1- RECEITAS</b>	<b>534.961</b>	<b>592.122</b>
1.1) Vendas de Produtos e Serviços	499.506	568.246
1.2) Outras Receitas	35.546	23.893
1.3) Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa – Reversão/(Constituição)	(91)	(17)
<b>2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>418.017</b>	<b>475.443</b>
2.1) Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	382.005	460.017
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	26.489	6.527
2.3) Custo c/ Rede de Gasodutos	5.843	8.017
2.4) Perdas de Gás	3.680	882
<b>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>116.944</b>	<b>116.679</b>
<b>4 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>15.504</b>	<b>12.744</b>
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	15.504	12.744
<b>5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3-4)</b>	<b>101.440</b>	<b>103.935</b>
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>8.473</b>	<b>11.128</b>
6.1) Receitas Financeiras	8.473	11.128
6.2) Outras Receitas	-	-
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>109.913</b>	<b>115.063</b>
<b>8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>109.913</b>	<b>115.063</b>
8.1) Pessoal	11.523	9.442
8.1.1 - Remuneração Direta	9.125	7.543
8.1.2 - Benefícios	1.893	1.492
8.1.3 - F.G.T.S	505	407
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	25.339	24.346
8.2.1 - Federais	23.129	22.055
8.2.2 - Estaduais	1.565	1.596
8.2.3 - Municipais	645	695
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	16.376	19.638
8.3.1 - Juros	3.882	4.905
8.3.2 - Aluguéis	2.472	1.176
8.3.3 - Outras	10.022	13.557
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	56.675	61.637
8.4.1 - Juros Sobre o Capital Próprio	10.005	9.538
8.4.2 - Dividendos	32.897	37.144
8.4.3 - Lucros Retidos	13.773	14.955

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Fábio Augusto Norcio  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO  
Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE  
Fabrício Bomtempo de Oliveira  
DIRETOR TÉCNICO COMERCIAL  
Mardônio Barbosa da Silva  
CONTADOR CRC - CE 019178/O8

Notas explicativas às demonstrações financeiras levantadas em 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, ou de outra forma quando indicado)

#### NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 18 de outubro de 1993, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual n.º 12.010 de 05 de outubro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, aquisição, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado do Ceará.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Ceará, conforme contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 1993.



**NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

**NOTA 3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**NOTA 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para crédito de liquidação duvidosa e a provisão para contingências. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua realização em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

**NOTA 5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS****(i) IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de contratos com clientes**

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os Administradores da Companhia de Gás do Ceará – CEGAS avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia.

**(ii) IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros**

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples. Os Administradores da sociedade não identificaram necessidade de complemento da provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa e concluíram que a mensuração será mantida na mesma base adotada, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

**NOTA 6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

**a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido e de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

**b) APLICAÇÃO FINANCEIRA**

Incluem aplicações financeiras de curto prazo de média liquidez, cujos vencimentos originais são superiores a três meses, sendo após este prazo de carência mantidas para negociação pela Companhia.

**c) CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

São registradas no balanço pelo valor nominal os títulos representativos de créditos, sendo classificadas no ativo circulante e não circulante.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Para tanto, aplica-se os critérios definidos no art. 9º, § 1º da Lei nº 9.430/96, para vencidos até 07/10/2014, e no art. 2º, § 7º da MP 656/2014 convertida na Lei nº 13.097/2015, para vencidos a partir de 08/10/2014. A Companhia também realiza a análise dos títulos conforme o NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros) a qual indica valores aproximados com o critério fiscal aplicado para o cálculo da provisão.

**d) ESTOQUE**

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação na manutenção de sua rede de distribuição e equipamentos, refletindo o plano

de negócios da Companhia para os exercícios seguintes. Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado

**e) CONTRATO DE CONCESSÃO**

Foi observada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), correspondente à ITG 01, que orienta as empresas Concessionárias de Serviços Públicos a registrem o direito de exploração relacionado ao contrato de concessão em suas demonstrações financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

Nos termos do contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviços para o poder concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o NBC TG 47.

A construção da infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.

Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido, sem acréscimo, isto é, sem margem na atividade de construção.

Ao final do período da concessão, especificamente nos últimos 10 anos, quando não será mais possível a recuperação dos investimentos via tarifa, a concessionária registrará, como ativo financeiro a ser indenizável pelo poder concedente, os valores de investimentos realizados na construção da infraestrutura.

**f) ATIVOS INTANGÍVEIS**

Para os Ativos Intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R3), a qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás. É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada equivalente. Em atendimento ao ICPC 01 (R1), o Intangível decorre do Contrato de Concessão, e o seu montante é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura e aquisição de bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, conforme divulgado na nota explicativa nº 18. A taxa para a amortização do Intangível é estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, que estabelece o prazo de 10 anos, estando, portanto, o método da amortização fundamentado no item 98B da Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 08/15 do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade da Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

As amortizações dos itens que compõem o Intangível foram calculadas pelo método linear, e taxas anuais descritas na nota explicativa nº 18.

**g) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) – (Impairment)**

Para o VRA, foi observada a NBC TG 01 (R3), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que pode ser revertida.

Através de estudos, foi demonstrado que o valor contábil líquido do grupo Intangível apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso, é maior do que o seu valor contábil registrado.

O estudo que atestou a recuperabilidade dos ativos foi realizado tomando-se como base o ativo responsável pela geração de caixa, representado pelos bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, bens estes pertencentes ao Poder Concedente e registrados no grupo do Ativo Intangível. O trabalho consistiu na elaboração de um fluxo de caixa projetado para período de dez anos, de 2019 a 2028. O período estimado no fluxo de caixa foi estabelecido em função da metodologia tarifária contida no Contrato de Concessão, que possibilita a inclusão na tarifa do gás, de uma parcela correspondente à remuneração dos investimentos realizados pela Concessão por um período de dez anos.

Na planilha do fluxo de caixa, foram considerados para o período de 2019 a 2023 os volumes de venda orçados no Plano Quinquenal da Companhia e, para o período de 2024 a 2028, foi projetado um crescimento médio de volumes de vendas na ordem de 2,67% para todos os segmentos de distribuição de gás atendidos pela Companhia, com exceção do segmento térmico, que não foi considerado para este cálculo.

Para os dados referentes aos custos variáveis, as despesas fixas e as tarifas de venda, foram utilizados os dados orçados no Plano Quinquenal da Companhia para o período de 2019 a 2023 e, para o período de 2024 a 2028, foram utilizados os valores orçados no ano de 2023 acrescidos da inflação acumulada nos últimos 12 meses de 3,78% a.a. projetados ano a ano para o período, pela aplicação desta última taxa de crescimento ao ano.

Tomando como base as premissas estabelecidas acima, elaborou-se um fluxo de caixa para um prazo de dez anos e apurou-se o seu valor presente com uma taxa de desconto baseada na taxa SELIC, que remunera o Custo de Oportunidade do Capital de 6,5% a.a. O resultado desse estudo demonstrou que os ativos da sociedade estão registrados contabilmente por um valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, com base no método de fluxo de caixa descontado, não havendo necessidade de registro de “Impairment”.



**h) SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS**

Para as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observada a NBC TG 07 (R1), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a companhia registrou, diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência, os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas.

**i) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, mais adicional de 10% sobre o lucro real, conforme legislação em vigor. E a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

Além dos tributos normalmente incidentes sobre o lucro do período, foram reconhecidos no resultado os efeitos das diferenças temporárias entre o regime contábil da apropriação de receitas e despesas e o seu regime tributário, de acordo com a NBC TG 32 (R3).

**j) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, a Companhia contabilizou juros sobre capital próprio como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento à Deliberação CVM nº207/96, esses juros foram reclassificados de despesa financeira para lucros acumulados, não produzindo efeito no lucro líquido a não ser pelos impactos fiscais.

**k) DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS**

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R3), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

**l) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC**

Foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R3) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

**m) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

A companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como informação financeira adicional e tem por finalidade evidenciar as riquezas criadas pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas em determinado período.

**n) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES**

Foi observada a NBC TG 25 (R1), a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidá-la.

As provisões para passivos contingentes são constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com perspectiva de perda provável, assim como os depósitos relativos às contingências. Se classificadas como de perda possível, são evidenciadas em nota explicativa. Quando a possibilidade de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis.

**o) AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)**

Para o Ajuste a Valor Presente, foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes. Não foram realizados ajustes a valor presente em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**p) RECEITAS**

Para a Receita, foi aplicada a NBC TG 47 que estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substitui as orientações anteriores de reconhecimento da receita presente no NBC TG 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, NBC TG 17 (R1) (IAS 11) – Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornou efetiva a partir de 01/01/2018, conforme descrito na Nota 5 (i). O princípio fundamental do NBC TG 47 (IFRS 15) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a CEGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado;
  - Prestação de serviços de movimentação de gás de autoprodutor.
- Os administradores da CEGÁS avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entendem que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, os quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado.

**q) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO**

A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e crédito de gás. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

**NOTA 7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS**

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas ainda não entrou em vigor em 31 de dezembro de 2018:

- IFRS 16 (NBC TG 06 R2) – Arrendamento mercantil (vigência a partir de 1º de janeiro de 2019)

A norma IFRS 16/NBC TG 06 (R2) tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
  - ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.
- Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais deverão sofrer alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como:
- i) Taxa de descontos;
  - ii) Levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e
  - iii) Outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e optou pela abordagem de transição simplificada, a qual não requer a reapresentação de valores. Para isso, foi realizado estudo para verificar o impacto detalhado da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e concluímos que as contraprestações de arrendamento, da Sede Administrativa, que atualmente são registradas como despesas de aluguel passarão a ser reconhecidas nas linhas de amortização do direito de uso e despesas financeiras.

O impacto estimado para adoção inicial em 01 de janeiro de 2019 é de R\$ 379, o qual será contabilizado em contrapartida do patrimônio líquido, conforme permitido pelo CPC 06.

A Companhia não espera que a adoção inicial do NBC TG 06 (R2)/IFRS 16 afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants).



**NOTA 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2018	2017
Caixa			1	1
Bancos			174	35
<b>TOTAL DE CAIXA E BANCOS</b>			<b>175</b>	<b>36</b>
Aplicações Financeiras				
Banco do Brasil	FUNDO BB	97,8% do CDI	16.859	20.478
Banco do Nordeste	CDB	99% a 100,25% CDI	74.832	69.667
Banco Safra	BOX-DI	100% do CDI	16.636	1.244
Caixa Econ. Federal	CDB e FUNDO CEF	101% do CDI	13.713	19.823
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>122.040</b>	<b>111.212</b>
<b>TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			<b>122.215</b>	<b>111.248</b>

**NOTA 9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Abaixo demonstramos as aplicações de curto e longo prazo:

DESCRIÇÃO	TIPO DE APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2018	2017
Aplicações Financeiras Circulante				
Banco do Nordeste (a)	CDB	100% do CDI	4.684	4.402
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>4.684</b>	<b>4.402</b>
DESCRIÇÃO	TIPO DE APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2018	2017
Aplicações Financeiras Não Circulante				
Banco do Nordeste (b)	CDB	99% do CDI	3.800	3.575
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>			<b>3.800</b>	<b>3.575</b>

(a) Esta rubrica registra as aplicações financeiras de curto prazo cuja data de liquidez pactuada entre a companhia e as instituições financeiras é superior a três meses e que, por orientação das Resoluções CFC nº 1.255/09, com as alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.329/11 e 1.285/10, bem como pelas NBC TG Nº 38 (R3), NBC TG Nº 39 (R4) e NBC TG Nº 40 (R2), não devem ser classificadas como Caixa e Equivalente de Caixa.

(b) Em 20 de agosto de 2014, a CEGÁS assinou contrato de número 16.2014.6002.16151, referente ao financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, para construção e montagem voltado a expansão da rede de gasodutos da Companhia. A cláusula 20ª do contrato exige uma garantia complementar na forma de uma aplicação financeira que deverá ser mantida por todo o prazo contratual, com data prevista de término em 20 de agosto de 2024.

**NOTA 10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

A Companhia, seguindo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG Nº 05 (R3), segregou do contas a receber de clientes os montantes obtidos com partes relacionadas. Desta forma, os valores a receber da Petróleo Brasileiro S.A. e da Petrobras Distribuidora S/A, controladora e subsidiária da controladora da Gaspetro S/A, respectivamente, foram transferidos para rubrica de Contas a Receber com Partes Relacionadas no circulante e não circulante. Através do seu departamento jurídico, a CEGÁS realizou uma análise dos valores objeto de ações de cobrança judicial e reclassificou para o Não-Circulante os montantes cujas as expectativas de recebimentos ultrapassa o exercício social.

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2018	2017
Contas a Receber Clientes	20.005	40.948
Contas a Receber com Partes Relacionadas	1.818	2.980
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Contas a Receber Clientes	9.396	9.396
Contas a Receber com Partes Relacionadas	14.626	13.516

Assim, o Contas a Receber de clientes no Circulante e Não Circulante ficou evidenciado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2018	2017
Companhia Siderúrgica do Pecém	3.444	1.588
Cerâmica Brasileira Cerbras Ltda.	2.580	1.477
Ambev S.A	1.696	1.424
Coml. Super de Deriv. de Petróleo Ltda.	551	352
Vm Revendedora de Petróleo Ltda.	544	298
Cervejaria Kaiser do Brasil S.A	500	382
Universo Petróleo Ltda.	395	303
Companhia Sulamericana de Cerâmica	393	40
Posto Santa Izabel Ltda	360	208
M S Petróleo Ltda	343	261
Outros	9.241	34.667
Subtotal	20.047	41.000
(-) Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos	(42)	(52)
<b>TOTAL</b>	<b>20.005</b>	<b>40.948</b>
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Shell Brasil Ltda	8.534	8.534
Santana Têxtil S/A	852	852
Cauípe Geradora de Energia S/A	558	558
Outros	1.258	1.157
Subtotal	11.202	11.101
(-) Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos	(1.806)	(1.705)
<b>TOTAL</b>	<b>9.396</b>	<b>9.396</b>

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. O prazo médio de recebimento das vendas é de 16 (dezesseis) dias.

As Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos foram constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela administração, como: valores em atraso superiores a 180 (cento e oitenta) dias, excluindo-se as antecipações contratuais restituíveis (penalidades) refletidas como adiantamentos de clientes no passivo.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as contas a receber por data de vencimento estavam assim representadas:

DESCRIÇÃO – VENDA DE GÁS	2018	2017
A vencer	16.742	38.446
Vencidas em até 30 dias	2.641	2.146
Vencidas entre 31 e 365 dias	445	117
Vencidas há mais de 365 dias	714	612
<b>TOTAIS</b>	<b>20.542</b>	<b>41.321</b>



DESCRIÇÃO – PENALIDADES	2018	2017
A vencer	191	195
Vencidas em até 30 dias	27	35
Vencidas entre 31 e 365 dias	-	61
Vencidas há mais de 365 dias	10.489	10.489
<b>TOTAIS</b>	<b>10.707</b>	<b>10.780</b>

**NOTA 11. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS**

Em 2018, como já evidenciado na Nota 10, a Companhia segregou das contas a receber no Ativo Circulante os valores referentes a transações com partes relacionadas, bem como transferiu para o longo prazo os montantes objeto de ações de cobrança judicial, com expectativas de recebimento que ultrapassam o exercício social. Na tabela abaixo, destacamos a composição do contas a receber com partes relacionadas:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2018	2017
Petrobras Distribuidora S.A. (i)	1.818	1.432
Petróleo Brasileiro S.A.(LUBNOR)	-	280
Petróleo Brasileiro S.A. (ii)	-	1.268
<b>TOTAL</b>	<b>1.818</b>	<b>2.980</b>
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Petrobras Distribuidora S.A.	13.516	13.516
Petróleo Brasileiro S.A. (ii)	1.110	-
<b>TOTAL</b>	<b>14.626</b>	<b>13.516</b>

O valor registrado nestas rubricas refere-se a:

i) o montante de R\$ 1.818 refere-se a notas emitidas em dezembro para a Petrobras Distribuidora, decorrente de vendas de Gás Natural Veicular aos postos de combustíveis BR.

ii) o valor de R\$ 1.110 a receber da Petróleo Brasileiro S.A. decorre de notas de débito emitidas pela CEGÁS, referente à cobrança de margem de comercialização gerada em função da aplicação de cláusula contratual, que trata de penalidades aplicadas por falha de fornecimento da Petrobras junto à CEGÁS, e com esta junto à Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF.

A possibilidade de aplicação de penalidade por falha de fornecimento de gás está prevista na Cláusula 9.8.2 do Contrato de compra e venda de gás natural assinado em 16 de setembro de 2002, entre a Companhia e a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, com a intervenção da Petrobras, com a finalidade de compra pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza e venda pela Companhia da quantidade 1.550.000 m³ diária (média diária anual). Desta forma, em dezembro de 2017, a Petrobras não conseguiu fornecer gás à Companhia que, consequentemente, não forneceu a quantidade de gás solicitada pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza. Essas falhas de fornecimento geraram uma cobrança da CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza para a Companhia na ordem de R\$ 71.199, conforme notas de débitos abaixo relacionadas:

DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	VALOR R\$
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-010-17-R	68.813
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-001-18-R	2.386
<b>TOTAL</b>		<b>71.199</b>

Em contrapartida, a Companhia emitiu as seguintes notas de débitos contra à Petrobras, no valor total de R\$ 72.874.

DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	VALOR R\$
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2370	47.962
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2374	20.852
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2382	2.386
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2371	1.110
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2375	407
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2383	157
<b>TOTAL</b>		<b>72.874</b>

A Petrobras reconheceu a devida aplicação da penalidade apenas para as notas de débito ND 2374, 2375, 2382, e 2383, que totalizaram R\$ 23.801. Para as notas de débito ND 2370 e ND 2371 a Petrobras enviou carta à Companhia discordando dos valores cobrados e alegando a ocorrência de força maior, com base nos itens 9.8.2 do contrato supracitado.

As diferenças entre os valores cobrados pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza e os valores apurados e não reconhecidos pela Petrobras estão sendo objeto de julgamento em tribunal arbitral, conforme previsão contratual, não existindo uma solução até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia entende que não existem riscos e que não sofrerá qualquer prejuízo financeiro após a decisão final, em razão da uniformidade das cláusulas de ambos os contratos com a CGTF e com a Petrobras, no que se refere ao inadimplemento, entretanto reclassificou os valores do contas a receber para o longo prazo até que seja julgada a causa pelo Tribunal Arbitral.

Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, a Petrobras efetuou os pagamentos para a Companhia das notas de débito ND 2374, 2375, 2382 e 2383, que reconheceu como devidas, obedecendo as cláusulas contratuais. E em janeiro de 2018, a CEGÁS repassou para a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, líquidos da sua margem de distribuição, os valores de R\$ 2.386 referente à nota de débito ND-011-18-R. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, os saldos a receber da Petrobras e a pagar à CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza encontravam-se registrados no ativo e passivo, respectivamente, conforme se verifica abaixo:

(A) ATIVOS – DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	2018
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2370	47.962
Nota de Débito emitida pela CEGÁS	ND 2371	1.110
<b>TOTAL (A)</b>		<b>49.072</b>
(B) PASSIVOS – DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	2018
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-010-17-R	(47.962)
<b>TOTAL (B)</b>		<b>(47.962)</b>
<b>SALDO A RECEBER LÍQUIDO (A – B)</b>		<b>1.110</b>

**NOTA 12. ESTOQUE**

A Companhia registra o estoque de gás natural decorrente do armazenamento do produto em sua rede de distribuição canalizada. O valor apurado corresponde a capacidade instalada em sua malha de gasodutos que é de 74.183 m³, multiplicado pelo custo de aquisição do Gás em dezembro de 2018, que é de R\$ 1,2412 / m³. Os demais estoques referem-se a materiais de uso e consumo e a peças para manutenção.

ESTOQUES	2018	2017
Estoque de Gás Natural	92	62
Estoque de Materiais para Uso e Consumo	159	122
Estoque de Peças para Manutenção	417	270
<b>TOTAL</b>	<b>668</b>	<b>454</b>

**NOTA 13. TRIBUTOS A RECUPERAR**

Os impostos a compensar estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2018	2017
IRRF a efetivar sobre aplicações financeiras	-	157
IRRF a Recuperar	-	1
IRPJ Pago a Maior	1	111
INSS (2)	137	-
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>138</b>	<b>269</b>
DESCRIÇÃO - NÃO CIRCULANTE	2018	2017
IRPJ e CSLL Diferido (1)	14.534	13.091
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>14.534</b>	<b>13.091</b>





(1) O IRPJ e CSLL Diferidos referem-se à constituição de ativo fiscal oriundo de diferenças temporárias dedutíveis, apurados com base nos passivos contingentes conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro.

(2) A CEGÁS, autora de uma causa junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, foi vitoriosa no processo onde houve o pleito da compensação de contribuições previdenciárias sobre a remuneração paga a diretores não empregados. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu o ativo assim como a atualização do crédito, conforme a decisão judicial e os ditames legais.

#### NOTA 14. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Créditos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos de suprimentos da Companhia, que garantem à CEGÁS o recebimento de gás decorrente do adiantamento de valores ao Supridor correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.;

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta de fornecedores, à medida que os volumes de gás são retirados do supridor, ou levando para o resultado como despesa de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

Como os valores adiantados ao Supridor confere o direito a Companhia constituído quando do adiantamento, de retirar os correspondentes volumes de gás, estes montantes estão atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social.

A composição da Conta Créditos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – ATIVO CIRCULANTE	2018	2017
Contrato Petrobras – Suprimento Geral (ii)	2.886	6.374
Contrato Petrobras – Suprimento Geral (Variação Preço)	1.674	900
Outros Adiantamentos	157	7
<b>TOTAIS</b>	<b>4.717</b>	<b>7.281</b>
DESCRIÇÃO – ATIVO NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza (i)	15.228	15.228
Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza (Variação Preço)	10.716	7.760
<b>TOTAIS</b>	<b>25.944</b>	<b>22.988</b>

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i - Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza

Em 16 de setembro de 2002, foi assinado o Contrato de compra e venda de gás natural entre a Companhia e a Central Geradora Termelétrica Fortaleza, com a intervenção da Petrobras, com a finalidade de compra pela Termofortaleza e venda pela Companhia, da quantidade de 1.550.000 m³ diária (média diária anual) até o término do contrato, com compromissos firmes previstos em caso de retirada de quantidades mensais superiores a 110% (cento e dez por cento) e inferiores a 80% (oitenta por cento) da quantidade diária programada. A Companhia se compromete, ainda, a uma retirada mínima mensal e anual, conforme abaixo, sujeita à aplicação de penalidade pelo não cumprimento da cláusula denominada Take or Pay.

O compromisso firme de retirada de volumes, quando não atingido, gera adiantamento de pagamento ao supridor assim determinado:

a) a cada mês: calculado como 56% da Quantidade Contratada (“o compromisso de retirada mensal”) subtraído o volume retirado no mês, ao qual se aplica o preço unitário da parcela relativa à commodity do custo do gás vigente ao final do último dia do mês de fornecimento.

b) a cada ano: calculado como 70% da Quantidade Contratada (“o compromisso de retirada anual”) subtraído o volume retirado no ano, ao qual se aplica o preço unitário da parcela relativa à commodity do custo do gás vigente ao final do último dia do ano de fornecimento. O adiantamento ao supridor é realizado através de depósito à vista em conta bancária dos valores relativos aos volumes não consumidos, cujo crédito poderá ser recuperado, em quantidade de gás, até 365 dias após o final da vigência do contrato e no limite do valor do depósito corrigido pela variação do preço do gás.

Em 2018, o saldo de adiantamento do Contrato Petrobras – Suprimento Termofortaleza totalizou o valor de R\$ 25.944, sendo R\$ 15.228 o valor principal e a atualização de R\$ 10.716 por variação no preço do gás. Como a CEGÁS mantém um contrato com o seu cliente Termofortaleza, nos mesmos moldes do seu contrato com a Petrobras, existe adiantamento pago pela Termofortaleza à Companhia no montante de R\$ 15.228, acrescida da margem de comercialização da CEGÁS no valor R\$ 2.456 e da atualização por variação de preço do gás no montante de R\$ 10.716, configurando um valor a ser realizado no futuro de R\$ 28.400.

ii) Contrato Petrobras – Suprimento Geral

A Companhia ainda possui um compromisso com a Petrobras de compra de quantidades anuais de gás natural, o Contrato Firme Inflexível, na ordem 520.000 m³/dia. Até o último ano de vigência deste contrato, a Companhia está sujeita à antecipação de valores ao supridor, no caso de os volumes de compras serem inferiores aos pactuados. Em 2018, o montante de adiantamento era de R\$ 2.886 referente a principal e atualização de R\$ 1.674 por variação no preço do gás.

#### NOTA 15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos dos depósitos judiciais estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Prefeitura Municipal de Fortaleza	10.275	9.696
PIS sobre faturamento	6.049	5.396
COFINS sobre faturamento	26.428	23.416
Ação Trabalhista – Depósitos Recursais	68	88
Órgãos Reguladores – ANP	280	280
Depósitos Judiciais Cíveis	152	151
IRPJ Depósito Judicial	761	-
<b>TOTAIS</b>	<b>44.013</b>	<b>39.027</b>

O valor de R\$ 10.275 refere-se aos recolhimentos dos depósitos judiciais efetuados nos meses de janeiro de 2009 a dezembro de 2017, decorrente de uma ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF onde se questiona a cobrança de valores devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

A Companhia também ingressou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando o direito de não incidência de PIS e COFINS sobre os valores do ICMS – Substituição Tributária embutidos nas notas fiscais de aquisição de gás e repassados na tarifa do gás. Através de liminar concedida, a Companhia efetuou até dezembro de 2018 o depósito judicial no montante de R\$ 6.049 referente ao PIS e de R\$ 26.428 referente à COFINS.

A CEGÁS também realizou depósito judicial de R\$ 280, em ação ordinária, referente à multa aplicada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, e depósitos de ações cíveis, no montante de R\$ 152.

O depósito judicial, no valor de R\$ 761, refere-se ao processo em que a CEGÁS declara a inexistência de crédito tributário, pleiteando a autora (Fazenda Nacional) a anulação de autuação realizada por conta da não inclusão de depósitos judiciais na base de cálculo do IR e do Lucro da Exploração.

#### NOTA 16. DESPESAS ANTECIPADAS

A Companhia registrou nessa rubrica pagamentos pertinentes a custos e despesas que se referem a períodos de competência subsequentes, apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência.

A tabela a seguir evidencia os principais tipos de despesas antecipadas:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Seguros dos Gasodutos	315	208
Seguros dos Veículos	6	10
Outros	58	14
<b>TOTAIS</b>	<b>379</b>	<b>232</b>

#### NOTA 17. DEPÓSITO REINVESTIMENTO/GARANTIAS CONTRATUAIS

O valor de R\$ 4.000 registrado em 31 de dezembro de 2017 nessa conta refere-se a um aporte de garantia contratual dado pelo cliente CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém, que foi substituído por fiança bancária e assim devolvido ao Cliente.

A Companhia iniciou, no ano de 2017, a opção pelo Incentivo Fiscal de Reinvestimento do IRPJ, realizando depósitos mensais de 30% (trinta por cento) sobre o IR devido e 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios junto ao Banco do Nordeste do Brasil, totalizando em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.573, sendo R\$ 524 até 31 de dezembro de 2017.

#### NOTA 18. INTANGÍVEL

Os valores reconhecidos no Intangível decorrem do Contrato de Concessão e o seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. No quadro abaixo demonstra-se a composição atual da conta:



DESCRIÇÃO	2018				2017
	TAXA	CUSTO	(-) AMORTIZAÇÃO	LÍQUIDO	
Terrenos	10%	676	(471)	205	273
Edificações (Imóveis)	10%	2.821	(1.325)	1.496	1.778
Móveis e Utensílios	10%	1.985	(759)	1.226	848
Veículo Tec. Administrativo	10%	1.417	(779)	638	761
Veículo Diretoria	10%	172	(149)	23	30
Veículos Trans. de Gás	10%	577	(577)	-	-
Equip. de Process.	10%	2.142	(1.063)	1.079	969
Rede de Distribuição	10%	170.720	(76.831)	93.889	98.366
Maquinas e Equip.	10%	4.047	(1.631)	2.416	2.530
Benfeitoria em Imóveis	10%	436	(147)	289	129
Softwares	10%	9.742	(4.226)	5.516	6.014
Manual de rotinas ARCE	10%	50	(33)	17	23
Rede de Distrib. - Terceiros	10%	76	(11)	65	-
Obras em Andamento	10%	18.429	-	18.429	10.203
<b>TOTAIS</b>		<b>213.290</b>	<b>(88.002)</b>	<b>125.288</b>	<b>121.924</b>

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação das contas ocorrida no exercício:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	ADIÇÕES	BAIXAS/REVER.	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2018
Terrenos	676	-	-	-	676
Edificações (Imóveis)	2.821	-	-	-	2.821
Móveis e Utensílios	1.426	559	-	-	1.985
Veículo Tec. Administrativo	1.417	-	-	-	1.417
Veículo Diretoria	172	-	-	-	172
Veículos Trans. de Gás	577	-	-	-	577
Equip. de Process.	1.866	276	-	-	2.142
Rede de Distribuição	161.993	102	(283)	8.908	170.720
Maquinas Equipamentos	3.793	254	-	-	4.047
Benfeitoria em Imóveis	246	190	-	-	436
Softwares	9.454	153	-	135	9.742
Manual de rotinas ARCE	50	-	-	-	50
Rede de Distrib. - Terceiros	1	-	-	75	76
Obras em andamento	10.203	17.344	-	(9.118)	18.429
<b>TOTAIS</b>	<b>194.695</b>	<b>18.878</b>	<b>(283)</b>	<b>-</b>	<b>213.290</b>
AMORTIZAÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2018
Terrenos	(403)	(68)	-	-	(471)
Edificações (Imóveis)	(1.043)	(282)	-	-	(1.325)
Móveis e Utensílios	(578)	(181)	-	-	(759)
Veículo Tec. Administrativo	(656)	(123)	-	-	(779)
Veículos Trans. de Gás	(142)	(7)	-	-	(149)
Veículo Diretoria	(577)	-	-	-	(577)
Equip. Process. Dados	(897)	(166)	-	-	(1.063)
Rede de Distribuição	(63.628)	(13.486)	283	-	(76.831)
Maquinas Equipamentos	(1.263)	(368)	-	-	(1.631)
Benfeitoria em Imóveis	(117)	(30)	-	-	(147)
Softwares	(3.439)	(787)	-	-	(4.226)
Manual de rotinas ARCE	(28)	(5)	-	-	(33)
Rede de Distrib. Terceiros	-	(11)	-	-	(11)
<b>TOTAIS</b>	<b>(72.771)</b>	<b>(15.514)</b>	<b>283</b>	<b>-</b>	<b>(88.002)</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>121.924</b>	<b>3.364</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>125.288</b>



Em virtude da aplicação do ICPC 01 (R1), a taxa para a amortização dos itens que compõem o Intangível, é a estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, o qual estabelece o prazo de 10 anos. O método da amortização está fundamentado no item 98B da Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº.08/15 aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade de a Companhia determinar sua taxa em decorrência de um o fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

Através de estudos efetuados, foi demonstrado que o valor contábil líquido do intangível apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso é maior do que o seu valor contábil registrado, conforme define a NBCTG 01 (R3) que visa assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

#### NOTA 19. FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores é composto em sua maior parte pelas obrigações a pagar à Petrobras pela aquisição de gás natural, a conta Outros refere-se a aquisições de bens destinados à construção da rede de distribuição de gás e à aquisição de materiais e serviços para a gestão e manutenção da máquina administrativa da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Petrobras – Aquisição de gás natural	12.865	37.737
Petrobras – Serviço de manutenção da Rede de Gasodutos	5.282	5.141
Outros	13.306	4.165
<b>TOTAL</b>	<b>31.453</b>	<b>47.043</b>

#### NOTA 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

DESCRIÇÃO	VENCIMENTO	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
		2018	2017	2018	2017
Contrato Expansão Rede	2024	7.393	3.127	34.029	41.321
Contrato Rede Térmica	2015	12.134	12.134	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>19.527</b>	<b>15.261</b>	<b>34.029</b>	<b>41.321</b>

O Contrato Expansão Rede (Nº. 16.2014.6002.16151), assinado em 20 de agosto de 2014, refere-se ao financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil para construção e montagem do Gasoduto Linha Tronco e ramais de Conexão. O valor principal foi R\$ 44.081.123,29, deduzidos dos custos a apropriar de R\$ 366.075, a ser pago em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de setembro de 2018. A taxa de juros efetiva sobre o principal é de 8,24% a.a. (oito inteiros e vinte e quatro centésimos por cento ao ano), e com desconto de 15% se pago em dia, capitalizados mensalmente e exigível trimestralmente durante o período de carência de 48 (quarenta e oito) meses, e mensalmente durante o período de amortização, a partir de setembro de 2018, juntamente com as prestações vincendas de principal. De 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, a CEGÁS pagou R\$ 3.260 a título de juros sobre o valor financiado.

O Contrato Rede Térmica refere-se ao financiamento obtido junto à Petrobras, pela construção e montagem da Estação de Medição e Regulagem de Pressão e do Gasoduto de Conexão, para atendimento ao cliente TermoFortaleza, no valor principal de R\$ 4.896.000, a ser pago em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de janeiro de 2004. As parcelas estão corrigidas, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As parcelas serão cobradas pela Petrobras quando o gasoduto construído for regularizado junto à ANP – Agência Nacional de Petróleo.

#### NOTA 21. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Débitos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos dos maiores clientes que garantem à Companhia o adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a rubrica contas a receber de cada cliente à medida que os volumes de gás são retirados pelos usuários ou levando para o resultado como receita de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás. O contrato com o cliente TermoFortaleza estabelece que os valores adiantados correspondem a volumes de gás a serem retirados. Desta forma, estes montantes são atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social. Os demais valores, que estão atrelados a outras modalidades contratuais, são mantidos a valores nominais.

A conta também contempla os valores de Cauções de Clientes dado em garantia contratual. A composição da Conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2018	2017
Contr. de Clientes – Compromisso de retirada de gás (i)	10.420	7.736
Cauções de Clientes (ii)	316	4.316
<b>TOTAIS</b>	<b>10.736</b>	<b>12.052</b>
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Contrato Termofortaleza – Compromisso de Retirada de gás (iii)	17.684	17.684
Contrato Termofortaleza – Compromisso de Retirada de gás (Variação Preço) (iii)	10.716	7.760
Outros Adiantamentos – Cláusula Contratual (iv)	25.205	23.723
<b>TOTAIS</b>	<b>53.605</b>	<b>49.167</b>

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) R\$ 10.420 refere-se a adiantamento dos clientes de valores correspondente ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás;  
 ii) R\$ 316 refere-se a cauções de clientes para cobrir possíveis inadimplência no pagamento das faturas de gás;  
 iii) R\$ 17.684 refere-se ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás emitido contra o cliente Termofortaleza, sendo R\$ 15.228 referente ao custo do gás, R\$ 2.456 referente à margem da CEGÁS e o montante de R\$ 10.716 obtido pela variação de preço do gás, configurando um valor a ser realizado no futuro de R\$ 28.400.

Conforme já explanado na Nota Explicativa nº 10, a CEGÁS mantém um contrato com o seu supridor Petrobras, nos mesmos moldes do seu contrato com a Termofortaleza, estando registrado na conta Crédito nas operações de venda e aquisição de gás com o supridor Petrobras o montante de R\$ 15.228 referente ao principal e R\$ 10.716 referente à atualização por variação no preço do gás.

iv) R\$ 25.205 refere-se à emissão de notas de débitos aplicadas a clientes em cumprimento ao disposto na cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás, que estão sendo objeto de ação judicial de cobrança e cuja expectativa de desfecho se estende além do exercício social. Desta forma, foram transferidos para o Passivo Não Circulante estando composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Petrobras Distribuidora S/A (Parte Relacionada)	13.516	13.516
Shell Brasil Ltda	8.532	8.532
Santana Têxtil S/A	1.068	1.068
Demais clientes	2.089	607
<b>TOTAL</b>	<b>25.205</b>	<b>23.723</b>

## NOTA 22. DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO E DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social da companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202 e suas posteriores alterações. E o artigo 4º do Estatuto da Companhia determina o pagamento mínimo aos titulares de ações preferenciais no montante de 6% do capital social.

Os dividendos adicionais propostos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são demonstrados como segue:

DIVIDENDOS PROPOSTOS	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	56.674	61.637
(-) Reserva Legal – 5% até o limite de 20% do capital	(2.369)	(2.666)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais – IRPJ	(11.404)	(12.289)
(=) Dividendos propostos	42.901	46.682
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(8.759)	(8.351)
(-) IRRF Sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio	(1.245)	(1.188)
<b>(=) TOTAL DOS DIVIDENDOS A PAGAR (B)</b>	<b>32.897</b>	<b>37.143</b>

DIVIDENDO MÍNIMO EXIGIDO ESTATUTO SOCIAL	2018	2017
Capital Social de Ações Preferenciais	83.753	75.855
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (6%) (C)	5.025	4.551

CÁLCULO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO LEI 6.404/76	2018	2017
(=) Base de cálculo dos dividendos propostos	42.901	46.682
Dividendo Obrigatório (25%) (D)	10.726	11.671
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(8.759)	(8.352)
Dividendo mínimo (D - A)	1.967	3.319
Dividendos mínimos Ações Preferenciais (E)	1.311	2.212
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	656	1.106

DIVIDENDOS MÍNIMOS EXIGIDOS	2018	2017
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (C)	5.025	4.551
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	656	1.106
Total Dividendo Mínimo Exigido (C + F)	5.681	5.657
Dividendos adicionais propostos pela Administração (B - C - F)	27.216	31.486

O pronunciamento técnico ICPC 08 estabelece que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório contido em proposta da administração efetuada antes da deliberação em Assembleia Geral deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica “dividendo adicional proposto”. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios nos anos de 2018 e de 2017.

## NOTA 23. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DOS EMPREGADOS E BÔNUS DE DESEMPENHO DOS DIRETORES

Em conformidade com as disposições contidas na Lei N.º 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia estipulou o Programa de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados (PPLR) com anuência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – SINDIPETRO-CE/PI e o programa de Bônus de Desempenho a título de participação nos lucros dos diretores para o exercício 2018. Foram estabelecidas as Metas Corporativas para o período, bem como os critérios de sua mensuração, documento este que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de janeiro de 2018, nos termos da ata da sua 159ª Reunião.

O valor provisionado para o exercício de 2018 a título de Participação nos Lucros e Resultados aos empregados foi de R\$ 981, e de Bônus de Desempenho a título de participação nos lucros para diretores foi de R\$ 98, tendo sido calculados com base na apuração de realização das Metas Corporativas fixadas para o referido exercício, e das metas setoriais negociadas entre diretores e colaboradores.

## NOTA 24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária, membros independentes do Conselho de Administração, e do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.691 (R\$ 1.203 em 31 de dezembro de 2017) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração e do conselho fiscal, a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da Administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla a remuneração direta, compreendendo itens como salários, pró-labore e gratificações e a remuneração variável da Diretoria Estatutária, conforme descrito na Nota 23.

## NOTA 25. CAUÇÕES/VALORES EM CONTROVÉRSIA/SUBVENÇÕES

O registro na rubrica outros passivos no Circulante e Não Circulante referem-se ao saldo de subvenções de investimentos a apropriar, provisões para contingências, cauções contratuais, valores em controvérsia e participação financeira de clientes conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2018	2017
Subvenções de investimentos a apropriar	35	35
Cauções Contratuais	273	157
Valores em controvérsia – Termelétrica	1.110	1.110
<b>SALDO FINAL</b>	<b>1.418</b>	<b>1.302</b>



DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Subvenções de investimentos a apropriar	102	137
Participação financeira de clientes	165	75
<b>SALDO FINAL</b>	<b>267</b>	<b>212</b>

Com relação às subvenções, a Companhia recebeu, no ano de 2012, a título de doação da Prefeitura de Aquiraz, um terreno avaliado em R\$ 350, estando destinado à construção de um ponto de transferência de gás da Petrobras para a CEGÁS e à construção de uma estação de odorização de gás natural.

Para a concretização da doação foram listados na escritura os seguintes condicionantes: o terreno deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade comercial e/ou industrial da companhia; a construção deve ser iniciada em até 180 (cento e oitenta) dias da data da doação; devem ser cumpridas normas ambientais do município; a Companhia deverá contratar para trabalhar no empreendimento, preferencialmente, mão de obra local; está vedada a transferência, onerosa ou gratuita pelo prazo de 10 (dez) anos do terreno, e no caso de falência dentro do prazo de 10 (dez) anos, o terreno deverá ser devolvido ao município. A Companhia implementou todas as ações necessárias para o cumprimento do contrato de doação.

Desta forma, em virtude das cláusulas contratuais condicionantes e por força das orientações dadas pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que determina que os ativos da Companhia sejam registrados no Ativo Intangível, o Terreno foi registrado na rubrica contábil: “Ativo Intangível” em contrapartida da rubrica contábil “Subvenções de Incentivo a Apropriar”, no Passivo. O reconhecimento da Receita de Doação foi apropriado ao resultado na parcela equivalente à amortização do período de acordo com a legislação vigente. Desta forma, foi reconhecido como receita em 2018 o montante de R\$ 35.

#### NOTA 26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências registradas pela CEGÁS, com base na NBC TG 25 (R2) e parecer técnico da assessoria jurídica, no montante de R\$ 43.311, referem-se a demandas judiciais de natureza cível, administrativa, tributária e trabalhista em que a Companhia figura como Ré.

As provisões para contingências julgadas pela Administração da companhia com risco de perda provável estão evidenciadas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2018	2017
Contingências Cíveis	6	4
<b>TOTAIS</b>	<b>6</b>	<b>4</b>
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2018	2017
Prefeitura Municipal de Fortaleza	10.275	9.696
PIS sobre faturamento	6.049	5.396
COFINS sobre faturamento	26.428	23.416
ARCE – Agência Reguladora do Ceará	57	57
ANP – Agência Nacional de Petróleo	280	280
Contingências Trabalhistas	222	152
<b>TOTAIS</b>	<b>43.311</b>	<b>38.997</b>

O valor de R\$ 10.275 corresponde à provisão para contingência fiscal, cobrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF nos meses de janeiro de 2009 a dezembro de 2017 correspondente às prestações determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, a qual instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza. A partir de dezembro de 2006, a Companhia também passou a constituir uma provisão para contingência tributária, por uma possível iminência de autuação fiscal, pelo procedimento tributário de creditar-se de PIS e COFINS sobre o ICMS-Substituição Tributária que é pago pela aquisição de gás natural da Petrobras. A Companhia entrou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando uma declaração de inconstitucionalidade da incidência destas obrigações tributárias e, através de liminar concedida, efetuou até dezembro de 2018 o depósito judicial da obrigação constituída no montante de R\$ 6.049 referente ao PIS e R\$ 26.428 referente a COFINS.

Os valores de R\$ 57 e R\$ 280 referem-se a provisões de penalidades impostas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, e pela Agência Nacional de Petróleo respectivamente. Essas punições ainda estão em fase de defesa por parte da Companhia nas instâncias administrativas e judiciais. Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de vínculo empregatício e a verbas de natureza salarial.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Saldo Inicial	38.997	35.635
Constituição de Provisão no Período	4.314	3.362
<b>SALDO FINAL</b>	<b>43.311</b>	<b>38.997</b>

Os passivos contingentes classificados, em 31 de dezembro de 2018, pela Assessoria Jurídica da Companhia como de perda possível e que não estão provisionados estão evidenciados no quadro abaixo:

NATUREZA	VALOR DA CAUSA
Trabalhista	474
Cível	2.635
Tributária	2.716
<b>SALDO FINAL</b>	<b>5.825</b>

#### NOTA 27. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018, assim como em dezembro de 2017, o capital social estava composto de 39.400.000 ações sem valor nominal, sendo 13.133.334 ações ordinárias e 26.266.666 ações preferenciais, todas de classe única, de acordo com a distribuição a seguir:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	CAPITAL VOTANTE (%)	CAPITAL TOTAL (%)
Estado do Ceará	6.698.000	-	51,00	17,00
Petrobras Gás S/A – GASPETRO	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
Mitsui Gás e Energia Ltda.	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
<b>TOTAIS</b>	<b>13.133.334</b>	<b>26.266.666</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2018 aprovou o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$ 11.846 sem modificação da quantidade de ações existentes. A participação de cada sócio está demonstrada na tabela abaixo:

ACIONISTAS	% TOTAL DE AÇÕES	VR. DAS AÇÕES ORDINÁRIAS	VR. DAS AÇÕES PREFERENCIAIS	VR. TOTAL
Estado do Ceará	17,00	21.358	-	21.358
Petrobras Gás S/A – GASPETRO	41,50	10.260	41.876	52.135
Mitsui Gás e Energia Ltda.	41,50	10.260	41.876	52.135
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>41.878</b>	<b>83.752</b>	<b>125.628</b>

#### NOTA 28. RECEITA LÍQUIDA – VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

A receita líquida por natureza está demonstrada na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
<b>Receita Bruta</b>	<b>518.370</b>	<b>568.245</b>
Venda de Gás	499.271	567.935
Prestação de Serviços	235	310
Receita de Construção	18.864	-
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(133.125)</b>	<b>(127.175)</b>
Venda de Gás	(133.104)	(127.172)
Prestação de Serviços	(21)	(3)
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>385.245</b>	<b>441.070</b>
Venda de Gás	366.167	440.763
Prestação de Serviços	214	307
Receita de Construção	18.864	-

Nas deduções da Receita Bruta, foi considerado o Decreto nº 24.569/97, do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Fazenda, que determina atribuir à Companhia a condição de sujeito passivo por substituição tributária, nas operações de aquisição de gás natural.



**NOTA 29. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA**

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados por natureza estão demonstrados na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Custo de Aquisição do Gás Natural	266.028	344.900
Custo de Pessoal	3.414	2.978
Custo dos Serviços Prestados	5.216	7.343
Custo de Aquisição de Materiais	592	564
Custo de Amortização Operacional	12.818	10.441
Custo de Construção	18.864	-
Outros	694	574
<b>TOTAL</b>	<b>307.626</b>	<b>366.800</b>

**NOTA 30. DESPESAS POR NATUREZA**

As despesas por natureza de gastos estão demonstradas na tabela abaixo:

DESPESAS POR NATUREZA	2018	2017
Despesa de Pessoal	9.920	7.917
Despesas dos Serviços prestados	4.314	4.072
Despesas de Aquisição de Materiais	93	110
Despesas de Amortização Administrativa	1.720	1.585
Despesas Gerais e Administrativas	5.467	3.355
Despesas Tributárias	4.086	4.143
<b>TOTAL</b>	<b>25.600</b>	<b>21.182</b>

**NOTA 31. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Outras Receitas Operacionais referem-se às penalidades originadas por aplicação de cláusulas contratuais com os clientes. As Outras Despesas Operacionais são penalidades concernentes ao contrato de compra e venda de gás com o supridor Petrobras e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. As Outras Receitas e Despesas estão discriminadas na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO – RECEITAS (A)	2018	2017
Penalidade de retirada de gás a maior e a menor	392	182
Penalidade de transporte de gás térmico (Ship or pay)	5.139	4.628
Penalidade de Falha de fornecimento	102	2.389
Penalidade de retirada de gás (Binomial)	3.136	3.188
Multa contratual	476	173
Receita capacidade de transporte	759	2.859
Receita variação preço gás	5.353	8.660
Reversão provisões contingências cíveis	107	26
Reversão provisões contingências trabalhista	42	-
Outras receitas operacionais	1.201	1.831
<b>Total de Outras Receitas Operacionais (total)</b>	<b>16.707</b>	<b>23.936</b>
DESCRIÇÃO – DESPESAS (B)	2018	2017
Penalidade de retirada a maior e a menor	(1.691)	(547)
Penalidade de transporte de gás térmico (Ship or pay)	(5.136)	(4.491)
Despesa variação preço gás	(2.956)	(7.760)
Provisão créditos liquidação duvidosa	(116)	(60)
Provisão contingências trabalhistas	(113)	(152)
Outras despesas operacionais	(108)	-
Provisão contingências cíveis	(19)	(607)
<b>(-) Outras Despesas Operacionais (total)</b>	<b>(10.139)</b>	<b>(13.617)</b>
<b>TOTAL (A-B)</b>	<b>6.568</b>	<b>10.319</b>

**NOTA 32. RESULTADO FINANCEIRO**

DESCRIÇÃO – RECEITAS FINANCEIRAS	2018	2017
Receitas de Aplicações Financeiras	7.680	10.457
Outras Receitas Financeiras	793	671
<b>TOTAL</b>	<b>8.473</b>	<b>11.128</b>
DESCRIÇÃO – DESPESAS FINANCEIRAS	2018	2017
Juros de Financiamentos	3.882	4.857
Outras Despesas Financeiras	-	48
<b>TOTAL</b>	<b>3.882</b>	<b>4.905</b>

As Despesas Financeiras estão representadas por juros de financiamento no montante de R\$ 3.882, referente ao contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil para expansão da rede de gasodutos, e à cláusula do contrato firmado com a Petrobras para construção e montagem do gasoduto para atendimento a Termofortaleza, conforme Nota Explicativa nº 18.

As Receitas Financeiras estão representadas por rendimentos de aplicações financeiras a taxas demonstradas nas Notas Explicativas nº 8 e 9.

**NOTA 33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Processos Judiciais com Depósitos Integrais	1.443	1.091
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS</b>	<b>1.443</b>	<b>1.091</b>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

EFEITO DA CSLL	2018	2017
Lucro Antes da CSLL após reversão do JRCP	63.177	69.631
(-) Despesas JRCP	(10.006)	(9.538)
Lucro Antes da CSLL	53.171	60.093
<b>(+) Adição ao lucro real</b>	<b>4.629</b>	<b>4.085,00</b>
Depósitos Judiciais	4.244	3.210
Multas Indedutíveis	4	162
Incentivos fiscais Lei Rouanet	50	300
Incentivos fiscais produção cinematográfica	-	30
Incentivos fiscais atividades desportivas	-	80
Doações Indedutíveis	50	110
Provisão para contingências trabalhistas	221	152
Programa emp. Cidadã - Sal. Matern 60 dias	19	-
Outras	41	41



EFEITO DA CSLL	2018	2017
<b>(-) Exclusões</b>	<b>(149)</b>	<b>(26)</b>
Reversão de provisões não dedutíveis	(149)	(26)
<b>Alíquota</b>	<b>9%</b>	<b>9%</b>
Contribuição social corrente	(5.189)	(5.774)
Contribuição social diferida	382	289
<b>TOTAL</b>	<b>(4.807)</b>	<b>(5.485)</b>
EFEITO DO IRPJ	2018	2017
Lucro Antes do IRPJ após a reversão do JRCP	63.177	69.631
<b>(-) Despesas JRCP</b>	<b>(10.006)</b>	<b>(9.538)</b>
Lucro Antes do IRPJ	53.171	60.093
<b>(+) Adição ao lucro real</b>	<b>4.727</b>	<b>4.169</b>
Depósitos Judiciais	4.244	3.210
Multas Indedutíveis	4	162
Bônus diretoria	98	84
Incentivos fiscais Lei Rouanet	50	300
Incentivos fiscais produção cinematográficas	-	30
Incentivos fiscais atividades desportivas	-	80
Doações Indedutíveis	50	110
Provisão para contingências trabalhistas	221	152
Programa emp. Cidadã - Sal. Matern 60 dias	19	-
Outras	41	41
<b>(-) Exclusões</b>	<b>(149)</b>	<b>(26)</b>
Reversão de provisões não dedutíveis	(149)	(26)
<b>Alíquota</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>
Imposto de renda corrente	(14.414)	(16.222)
Imposto de renda diferido	1.061	802
<b>TOTAL</b>	<b>(13.353)</b>	<b>(15.420)</b>

Conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro, foram constituídos no exercício os valores do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias dedutíveis existentes na data do balanço e, apurados com base nas provisões para riscos fiscais e passivos contingentes, sendo tais valores adicionados à base de cálculo do lucro real.

Segundo a administração da empresa, a previsão fornecida pelos advogados para o desfecho dessas diferenças temporárias ocorrerá até o exercício findo em dezembro de 2022.

Os valores pagos correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Imposto de Renda (IRPJ)	2.626	3.534
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	5.337	563
<b>TOTAL</b>	<b>7.963</b>	<b>4.097</b>

#### NOTA 34. RESERVAS DE LUCROS

Em 22 de junho de 2004, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE expediu o Laudo Constitutivo nº123/04, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração da atividade de produção de gás natural, por um prazo de 9 anos, na quantidade ampliada de 1.003.750.000 m³/ano, a partir do exercício de 2005.

Em 06 de outubro de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE expediu o Laudo Constitutivo nº 114/09, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração, da atividade de produção de gás natural, por um prazo de 10 anos, na quantidade ampliada de 1.313.750.000 m³/ano, a partir do exercício de 2009.

O valor do incentivo fiscal é contabilizado em conta de resultado em contrapartida da conta de Reserva de Lucros no Patrimônio líquido, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 523 do Regulamento do Imposto de Renda. A rubrica reserva de lucros abrange, além da reserva de incentivos fiscais, a reserva legal, que, no ano de 2018, foi constituída conforme Nota Explicativa nº 22 e acumula saldo de R\$ 25.126.

Os valores de incentivos fiscais e reserva legal apurados estão demonstrados na tabela abaixo:

RESERVA DE LUCROS	2018	2017
Incentivos Fiscais SUDENE	11.847	12.289
Reserva Legal	25.126	22.756
<b>TOTAL</b>	<b>36.973</b>	<b>35.045</b>

#### NOTA 35. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo, tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Lucro Líquido atribuído ao acionista	56.674	61.636
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais	39.400	39.400
<b>LUCRO/AÇÃO</b>	<b>1,44</b>	<b>1,56</b>

#### NOTA 36. PARTES RELACIONADAS

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Enfatiza-se que transações mercantis com a empresa ligada Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras são realizadas de acordo com os preços praticados pelo mercado.

A CEGÁS possui contrato de compra de gás firme inflexível firmado com a Petrobras, assinado em novembro de 2014, garantindo o fornecimento de 520.000m³/dia de gás de natural com vigência até dezembro de 2019. A companhia também possui contrato de venda de gás natural veicular firmado com a Petrobras Distribuidora S.A. em 13 de dezembro de 2001, com compromisso contratado de fornecimento de 60.000m³/dia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão demonstrados na tabela a seguir:

ANO	PARTE RELACIONADA / OPERAÇÕES	FORNECEDOR	FINANCIAMENTO	ADIANT. A FORNECEDOR	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	DIV. MÍNIMOS (25%)
2018	Estado Ceará	-	-	-	-	-	333
	Petrobras	18.147	12.134	30.504	-	-	-
	Gaspetro	-	-	-	21	-	2.672
	BR Distribuidora	-	-	-	-	15.334	-
	Mitsui	-	-	-	22	-	2.672
2017	Estado Ceará	-	-	-	-	-	564
	Petrobras	42.878	12.134	30.262	-	1.268	-
	Gaspetro	-	-	-	20	-	2.547
	BR Distribuidora	-	-	-	-	14.948	-
	Mitsui	-	-	-	20	-	2.547



## (1) Informação líquida de impostos

Os valores de R\$ 21 e de R\$ 22 registrados em Contas a pagar a parte relacionadas referem-se ao reembolso da remuneração do diretor administrativo e financeiro e diretor técnico e comercial para as acionistas Mitsui e Gaspetro.

A Companhia, através de deliberação em sua 26ª AGO de 26/04/2018, autorizou o pagamento aos seus acionistas de dividendos provenientes do exercício 2017 no valor de R\$ 46.682, sendo R\$ 9.538 referentes a Juros Remuneratórios do Capital Próprio, deliberado na 85ª AGE realizada em 26 de abril de 2018 e R\$ 37.144 como dividendos distribuídos aos acionistas na proporção de suas participações societárias no Capital Social total da Companhia.

## NOTA 37. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens que compõem o ativo da concessão, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os valores correspondentes à garantia de cobertura de eventuais sinistros estão evidenciados na tabela:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Responsabilidade Civil	20.000	3.700
Riscos Nomeados (Incêndio)	12.000	2.000
<b>TOTAL</b>	<b>32.000</b>	<b>5.700</b>

## NOTA 38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Companhia são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar, e financiamentos de cunho operacional. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

## Gerenciamento dos riscos financeiros

A CEGÁS possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito (ii)
- Risco de Liquidez (iii)
- Risco de Mercado (iv)

## (i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Auditoria Estatutária, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Comitê reporta periodicamente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A CEGÁS através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pela Coordenadoria de Auditoria Interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

## (ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber em 31 de dezembro de 2018.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

A CEGÁS está exposta a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto.

## (iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, despesas operacionais e pagamentos de dividendos.

A abordagem da CEGÁS na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

2018	VALOR CONTÁBIL	ATÉ 12 MESES	1 - 2 ANOS	3 - 5 ANOS
Fornecedores	31.496	31.496	-	-
Empréstimos e financiamentos	53.556	19.527	14.786	19.243
Provisão para contingências	43.317	6	-	43.311
Outras contas a pagar	4.655	4.588	67	-
<b>TOTAL</b>	<b>133.024</b>	<b>55.617</b>	<b>14.853</b>	<b>62.554</b>
2017	VALOR CONTÁBIL	ATÉ 12 MESES	1 - 2 ANOS	3 - 5 ANOS
Fornecedores	47.043	47.043	-	-
Empréstimos e financiamentos	56.582	15.261	6.254	35.067
Provisão para contingências	39.001	4	-	38.997
Outras contas a pagar	5.005	5.005	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>147.631</b>	<b>67.313</b>	<b>6.254</b>	<b>74.064</b>

## (iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas a variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

INSTRUMENTOS	EXPOSIÇÃO AO RISCO EM 31/12/2018	RISCO	% A.A.(A)	CENÁRIO			
				ELEVAÇÃO DO ÍNDICE EM 25%		ELEVAÇÃO DO ÍNDICE EM 50%	
				%	VALOR	%	VALOR
<b>Ativo Financeiro</b>							
Aplicações financeiras (b)	8.484	CDI	6,37	7,96	135	9,55	270
					135		270



INSTRUMENTOS	EXPOSIÇÃO AO RISCO EM 31/12/2018	RISCO	% A.A.(A)	%	CENÁRIO		
					REDUÇÃO DO ÍNDICE EM 25%	REDUÇÃO DO ÍNDICE EM 50%	
					VALOR	%	VALOR
<b>Ativo Financeiro</b>							
Aplicações financeiras (b)	8.484	CDI	6,37	4,78	(135)	3,18	(270)
					(135)		(270)

(a) Taxa de juros efetiva.

(b) Representam as aplicações financeiras de curto e longo prazo – Notas explicativas 5 e 12.

#### NOTA 39. OUTROS ASSUNTOS

A Lei nº 13.303/2016 disciplina a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista. A lei trouxe mudanças relevantes estabelecendo mecanismos de transparência e governança a serem observados tais como: regras para divulgação de informações, práticas de gestão de risco, códigos de conduta, constituição de funcionamento dos conselhos, requisitos mínimos para nomeação de dirigentes, além de normas específicas de licitações e contratos.

A Companhia já está aplicando a referida norma no exercício de 2018.

#### NOTA 40. APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia aprovou e autorizou o envio das demonstrações para os Auditores Independentes em 01 de fevereiro de 2019 e autorizou a divulgação das Demonstrações Contábeis em 27 de março de 2019.

Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
DIRETOR PRESIDENTE  
Fábio Augusto Norcio  
DIRETOR ADM. E FINANCEIRO  
Fabrício Bomtempo de Oliveira  
DIRETOR TÉCNICO E COMERCIAL  
Mardônio Barbosa da Silva  
CONTADOR CRC-CE 019178/O-8

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2018

os Ilmos. Srs.

Acionistas, Diretores e demais Administradores da  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS

Av. Washington Soares nº 6475 - Bairro José de Alencar - CEP. 60.830-005

Fortaleza - Ceará - Telefone: (85) 32666900 32666908

CNPJ(MF) 73.759.185/0001-96 - Site: www.cegas.com.br

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da CEGÁS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CEGÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da CEGÁS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Outros Assuntos

5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras para companhias de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.





## 5.2. Relatório de Administração

A administração da CEGÁS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

## 5.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossa empresa, cujo relatório emitido em 21 de março de 2018, sem modificação de opinião.

Fortaleza/CE, 15 de fevereiro de 2019

Audimec – Auditores Independentes S/S  
CRC/PE 000150/O “S” CE  
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira  
CONTADOR - CRC/PE 010483/O-9 “S” CE  
SÓCIO SÊNIOR  
Phillipe de Aquino Pereira  
CONTADOR - CRC/PE 028157/O-2 “S” CE  
Thomaz de Aquino Pereira  
CONTADOR – CRC/PE 021100/O-8 “S” CE

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas, Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS examinamos o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, com suas respectivas Notas Explicativas, bem como a Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A documentação verificada está em boa ordem e, considerando o Relatório da AUDIMEC Auditores Independentes S/S, de 15 de fevereiro de 2019, cujo parecer se apresenta sem ressalvas, somos de Opinião que os referidos documentos estão adequados para encaminhamento à deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral, conforme a Lei nº 6.404/76, artigo 163, incisos II e VII. A proposta de destinação de resultados encaminhada pela Administração para deliberação da Assembleia Geral Ordinária considera o seguinte, baseada nas Demonstrações Financeiras apreciadas: Do lucro líquido de 2018, já descontado da participação nos lucros para os empregados e do bônus para os diretores, no valor de R\$ 56.674.921,49 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos), está proposto reter como Reserva Legal o valor de R\$ 2.369.158,06 (dois milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e seis centavos) que corresponde a 4,18% do lucro líquido, tendo em vista o limite de 20% previsto na Lei 6.404/76, e como Reserva de Incentivos Fiscais R\$ 11.404.102,11 (onze milhões, quatrocentos e quatro mil, cento e dois reais e onze centavos), restando o montante de R\$ 42.901.661,32 (quarenta e dois milhões e novecentos e um mil e seiscentos e sessenta e um reais e trinta e dois centavos), como dividendos totais, que descontando R\$ 10.004.757,49 (dez milhões, quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos) já pagos no exercício como Juros Remuneratórios do Capital Próprio levam ao valor líquido a pagar de R\$ 32.896.903,83 (trinta e dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e três reais e oitenta e três centavos). Complementarmente, em termos de apresentação no Balanço Patrimonial e da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a administração está propondo como dividendos a pagar, no Passivo Circulante, os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 5.680.547,31 (cinco milhões, seiscentos e oitenta mil, quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos) e o restante do valor líquido dos dividendos propostos de R\$ 32.896.903,83 (trinta e dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e três reais e oitenta e três centavos). Não está sendo apresentada proposição de retenção para fazer frente ao Orçamento de Capital. Fortaleza, 27 de março de 2019. Marcio Musso de Góes - Presidente e Conselheiro Fiscal. Cesar Leandro Rebordoes Carauta - Conselheiro Fiscal. João Marcos Maia - Conselheiro Fiscal.

## COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS

**PORTARIA Nº041/2019-DPR** - O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **GARDÊNIA GOERSCH ANDRADE PARENTE**, ocupante do cargo de Gerente de Recursos Humanos, matrícula nº. 00108, desta Economia Mista, a **viajar** à cidade de Sobral-CE, no dia 10.04.2019, com a finalidade de realizar ações referentes à saúde ocupacional e à segurança do trabalho, concedendo-lhe 0,5 (meia) diária no valor unitário de R\$ 77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), acrescidos de 20% (vinte por cento), no valor total de R\$ 46,26 (quarenta e seis reais e vinte e seis centavos), de acordo

com o artigo 3º; alínea a do art. 4º, § 1º, art. 5º e seu § 1º, art. 10º; classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de Outubro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de Outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do METROFOR. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS - METROFOR, em Fortaleza, 04 de abril de 2019.

Eduardo Fontes Hotz  
DIRETOR-PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**PORTARIA Nº26/2019** - O(A) SECRETÁRIO(A) DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **DESIGNAR FATIMA VIVIANE CARNEIRO BEZERRA**, a partir de 01 de Fevereiro de 2019, para ter exercício na Unidade Administrativa CÉLULA DO PARQUE ECOLÓGICO DO RIO COCO, exercendo as atribuições do Cargo de Provimento em Comissão ORIENTADOR DE CÉLULA, símbolo DNS-3, integrante da Estrutura Organizacional deste órgão, nos termos do Decreto nº 32.962, de 13 de Fevereiro de 2018. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 04 de abril de 2019.

Artur José Vieira Bruno  
SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE

\*\*\*\*\*

## EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 06/2019

CONTRATANTE: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA. CONTRATADA: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - ENEL**. OBJETO: **Prestação e utilização do serviço público de energia elétrica** entre a CONCESSIONÁRIA e o CONSUMIDOR, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, XXII da Lei Federal nº 8.666/1993. FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza para dirimir questões dirimir questões decorrentes deste CONTRATO, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. VIGÊNCIA: O CONTRATO vigorará da data de sua assinatura até o término do prazo de 12 (doze) meses. VALOR GLOBAL: R\$ 42.265,00 (Quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais) pagos em conta do recursos orçamentários da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 57100001.18.541.066. 18862.03.339039.21600.1. DATA DA ASSINATURA: 05 de Abril de 2019. SIGNATÁRIOS: Antônio Ronaldo Soares Freire - Resp. Área de Clientes de Governo, Mônica Jucá de Oliveira - Executiva de Clientes de Governo e Artur José Vieira Bruno - Secretário do Meio Ambiente.

Helder Pontes Ferreira  
ASSESSORIA JURÍDICA

Publique-se.

\*\*\*\*\*

## EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº60/2017

CONTRATANTE: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA. CONTRATADA: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - ENEL**. OBJETO: Este TERMO tem por objeto a **rescisão do contrato nº 60/2017** de forma unilateral e em consonância com o que determina a Lei de Licitações. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Rescisão unilateral do Contrato, justificativa com respaldo no art. 78, XXII e art. 79, I da Lei nº 8.666/1993. Ressalte-se mencionar a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal - STF e o art. 53 da Lei 9.784/1999. DATA DA ASSINATURA: 03 de Abril de 2019. FORO: Fortaleza - Ceará. SIGNATÁRIO: **ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO** - Secretário do Meio Ambiente. Fortaleza - Ceará, 04 de abril de 2019.

Helder Pontes Ferreira  
ASSESSORIA JURÍDICA

Publique-se.

## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

O(A) SECRETÁRIO(A) DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086 de 02 de fevereiro de 2010, em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17 da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, em conformidade também com o Decreto Nº 32.960/2019, e suas posteriores alterações que tratam de cessões de servidores estaduais, também combinado com o(a) Decreto Nº 33.006 de 11 de Março de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado em 11 de Março de 2019, RESOLVE **NOMEAR, REGIS NUNES NOBREGA** com cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula 002935-12 pertencente ao órgão do(a) COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ, para exercer as funções do Cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão, de GERENTE, símbolo DNS-3 com lotação no(a) GERÊNCIA DE SUPORTE LOGÍSTICO integrante da Estrutura organizacional do(a) SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, a partir de 01 de Março de 2019. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, em Fortaleza, 09 de abril de 2019.

Artur José Vieira Bruno  
SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE  
Carlos Alberto Mendes Junior  
SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

\*\*\*\*\*

